ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO PORTO MONIZ

PROJETO EDUCATIVO 2014-2018

Beco do Pavilhão – 9270 - 040 Porto Moniz

Telefone - 291850100

Fax – 291 850108

E-mail: ebspmoniz@madeira-edu.pt

Página na Internet: http://escolas.madeira-edu.pt/ebspmoniz

Índice:

I - INTRODUÇÃO....4
II – CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E DO CONTEXTO EDUCATIVO...4
1 - Origem da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz. 4
2 – Enquadramento geográfico e socioeconómico da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz. 5
3 – A infraestrutura Escolar. 8
4– Recursos Humanos....8
5 - Composição dos Órgãos de Direção, Administração e Gestão da Escola....10
6 – Resultados obtidos 11
6.1 – Aproveitamento por ano de escolaridade no quadriénio 2010/2014 11
6.2 – Aproveitamento dos alunos por ciclos no quadriénio 2010/2014 11
6.3- Percentagens de níveis negativos por disciplina por ano de escolaridade no quadriénio 2014/2015: 11
6.4 - Numero médio de negativas por aluno por ano de escolaridade no quadriénio 2010/2014: 12
6.5 – Média dos resultados obtidos nas provas finais nacionais no quadriénio 2010/2014:....12
6.6 – Média dos resultados obtidos nos Exames finais nacionais no quadriénio 2010/2014: ..12
6.7 – Contactos com Encarregados de Educação sem convocatória....12
6.6 – Percentagem de alunos com Apoios da Ação Social Educativa no quadriénio 2010/2014: 12
6.8 – Alunos abrangidos pela Educação Especial....13
6.9 – Alunos com Português Língua não Materna 13
6.10 – Participações / Conselhos de Turma Disciplinares no quadriénio 2010/2014....13
6.11 – Acidentes Escolares ocorridos no quadriénio 2010/2014....13
III – VALÊNCIAS DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO PORTO MONIZ....14
1- Responsabilidade social da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz. 14
1.1- Objetivos Aglutinadores: 16
1.1.1- Melhorar o conhecimento das questões ambientais com maiores impactes no município de Porto Moniz....16
1.1.2- Aprofundar o conhecimento sobre as potencialidades turísticas do município de Porto Moniz. 17
1.1.3- Melhorar o acolhimento dos turistas no município de Porto Moniz.....17
2- Valência formativa....17
2.1- No ensino Regular 17
2.2- Na Educação Especial....19
2.3 - Objetivos aglutinadores:....20
2.3.1- Manter a oferta curricular do ensino secundária nas áreas das “ciências” e das “línguas” visto serem aquelas que, embora não específicas, darão melhor formação base às exigências que se colocam a este município.....20
2.3.2- Promover o cumprimento dos programas dos programas curriculares.....20
2.3.3- Promover a abertura da escola à comunidade em que se insere. 20
2.3.4- Equacionar a complementarização da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz com a Escola Básica e Secundária Dª Lucinda Andrade ao nível da oferta formativa.....20
2.3.5- Melhorar a objetividade na identificação dos alunos alvo do educação especial. 20
2.3.6- Melhorar a adequação dos programas educativos individuais.....20
3- Os atores da educação escolar e do processo formativo dos alunos.....21
3.1.1- Instrumentos/estratégias de promoção do sucesso escolar dos alunos. 22
3.1.2- Objetivos aglutinadores 27
3.1.2.1- Promover a motivação e o empreendedorismo nos alunos.....27
3.1.2.2- Garantir ambientes favoráveis ao desenvolvimento da atividade pedagógica. 27
3.1.2.3- Promover o sucesso educativo dos alunos, enquanto universo heterogéneo e multifacetado.....28

3.1.2.4- Melhorar o empenho e desempenho dos alunos na prossecução do sucesso educativo. 28
3.1.2.5- Promover a orientação escolar dos alunos. 28
3.1.2.6- Estimular a participação dos alunos na gestão da Escola. 28
3.1.2.7- Melhorar o desempenho da sala de estudo. 28
3.1.2.8- Dotar os pais e encarregados de educação com recursos/meios de acompanhamento da vida escolar, assim como de estratégias de operacionalização dos mesmos. 28
3.1.2.9- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola. 29
3.1.2.10- Garantir uma redução da componente letiva mais adequada aos professores Diretores de Turma. 29
3.2- Os pais e encarregados de educação. 29
3.2.1- Objetivos aglutinadores. 30
3.2.1.1- Melhorar a sensibilidade dos pais e encarregados de educação para a importância da sua participação na vida escolar dos seus educandos. 30
3.2.1.2- Melhorar o acompanhamento do percurso educativo dos alunos por parte dos pais. 31
3.2.1.3- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola. 31
3.2.1.4- Melhorar as competências dos pais e encarregados de educação para participarem nas tomadas de decisão sobre os percursos escolares a seguir pelos seus educandos, nomeadamente ao nível do ensino secundários, do ensino superior e dos "percursos alternativos". 31
3.3- Os professores. 31
3.3.1- Objetivos aglutinadores. 33
3.3.1.1-Prever no Regulamento Interno da Escola a redução da componente letiva aos docentes com mais de dois níveis de lecionação e ou disciplinas. 33
3.3.1.2- Prever no Regulamento Interno da Escola uma discriminação positiva aos docentes Diretores de Turma, ao nível da redução da componente letiva. 33
3.3.1.3- Melhorar as competências dos docentes na área da liderança em contexto de sala de aulas. 33
3.3.1.4- Melhorar as competências de comunicação dos professores. 33
3.4- O Pessoal Não Docente. 33
3.4.1- Objetivos aglutinadores. 34
3.4.1.1-Melhorar as relações interpessoais do pessoal não docente. 34
3.4.1.2-Melhorar as competências de liderança do pessoal não docente. 34
4- Órgão de Gestão e Administração Escolar. 34
4.1- A Direção. 34
4.1.1.1- Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia. 35
4.1.1.2- Refletir na administração da escola a opinião de todos os atores do processo educativo, nomeadamente dos diferentes órgãos de gestão intermédia, alunos, docentes e não docentes. 35
4.1.1.3- Promover uma gestão eficaz e eficiente dos processos administrativos. 35
4.1.1.4- Promover uma gestão eficaz e transparente dos recursos humanos. 35
4.1.1.5- Promover uma gestão eficaz dos recursos físicos e materiais. 36
4.1.1.6- Promover a escola no exterior. 36
4.1.1.7- Garantir a boa funcionalidade do Plano de Prevenção e Emergência da Escola. 36
4.1.1.8- Promover a construção e regulação conjunta do Projeto Educativo da Escola. 36
4.2- Órgãos de Gestão Intermédia. 36
4.2.1- Objetivos aglutinadores. 37
4.2.1.1- Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia. 37
IV – TABELA COM OS OBJETIVOS / METAS / INDICADORES / MEIO DE VERIFICAÇÃO, PARA O QUADRIÉNIO 2014/2018 38
V – AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO 51

I - INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo da escola é um documento que consagra a orientação da escola, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos Públicos da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 4/2000/M, de 31 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional nº 21/2006/M, de 21 de Junho.

A autonomia da escola, enquanto instrumento fundamental da identidade de um estabelecimento de ensino, concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilidade e responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar.

O cunho e identidade própria de cada escola, preconizado pela legislação em vigor, afirmar-se-ão se o projeto educativo for construído em adequação às características e recursos do território, em termos naturais e humanos, e como resposta aos desafios que se lhe colocam.

Em suma, o projeto educativo dá corpo à matriz organizacional e posicional da escola, do ponto de vista educacional e formativo.

II – CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E DO CONTEXTO EDUCATIVO

1 - Origem da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz.

Na génese da criação desta escola esteve a necessidade de colmatar algumas lacunas da oferta educativa existentes no município de Porto Moniz, como forma de promover o ensino direto aos alunos que frequentavam o 2º Ciclo, então lecionado em regime de ensino mediatizado (CPTV - Telescola) e, simultaneamente, alargar a oferta educativa até ao 3º Ciclo, até então satisfeita no concelho de São Vicente, garantindo-se a lecionação de toda a escolaridade obrigatória.

Este estabelecimento de ensino, agora denominado de Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, foi criado no ano letivo 1991/92, enquanto anexo da Escola Básica e Secundária Dª Lucinda Andrade, através da Portaria nº 162/91, de 26 de Agosto.

Inicialmente, a sua atividade desenvolvia-se nas atuais instalações do edifício da Escola Básica do 1.º Ciclo de Porto Moniz que, para o efeito, foi alvo de obras de remodelação e ampliação para poder atender às novas exigências.

No ano letivo seguinte, 1992/93, deixou de ser anexo da Escola Básica e Secundária D.ª Lucinda Andrade, passando a ter a designação de Escola Básica do Porto Moniz, por força da publicação da Portaria nº 66/92, de 21 de fevereiro.

A construção do atual edifício, inaugurado a 26 de Setembro de 1999, permitiu a mudança de instalações, com novas valências, pelo que foi deliberado pela Secretaria Regional de Educação a reorganização educativa da Escola Básica do Porto Moniz. Nesse processo, é criado um novo estabelecimento de ensino, denominado Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, decorrente da cisão com a anterior, que permanece no edifício primitivo, ficando-lhe afeta a lecionação do ensino pré-escolar e 1º Ciclo.

No ano letivo da sua institucionalização, a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz assegura o 2º e 3º Ciclos, dando início à oferta do ensino secundário com a lecionação do 10º ano de escolaridade.

Apesar da evolução que tem conhecido, nomeadamente decorrente da oferta de todo ensino secundário, a verdade é que a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz tem vindo a perder alunos em resultado da diminuição da natalidade neste município, pelo que na atualidade possui apenas cerca de cento e noventa alunos.

2 – Enquadramento geográfico e socioeconómico da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz.

A Escola Básica e Secundária do Porto Moniz está implantada no concelho do Porto Moniz, município localizado no extremo noroeste da ilha da Madeira, com uma área total aproximada de 82,6 Km^2, composto pelas freguesias das Achadas da Cruz, Porto Moniz, Ribeira da Janela e Seixal.

Apesar de possuir um território com uma extensão apreciável, o relevo bastante acidentado que o carateriza e o grande aumento de altitude do litoral para o interior, com consequente diminuição da temperatura, faz com que grande parte do mesmo não reúna condições para a fixação da população.

Em resultado dos condicionalismos geográficos, no município do Porto Moniz, a ocupação humana apenas acontece nas fajãs junto ao mar, como são exemplo as fajãs vulcânicas onde estão implantados os aglomerados urbanos da freguesia do Seixal e da vila de Porto Moniz, ou nos planaltos um pouco mais em altitude, representados pelos núcleos habitacionais da parte alta da freguesia do Porto Moniz e da freguesia das Achadas da Cruz, para além dos vales com vertentes menos declivosas, onde se enquadra a área residencial da freguesia da Ribeira da Janela.

Desde os primórdios da colonização da ilha da Madeira o território ocupado pelo município de Porto Moniz, dadas as suas condições naturais de relevo e clima, nunca foi muito apelativo à fixação da população, pelo que foi aquele que veio a ser ocupado mais tardiamente e que apresentam menor densidade demográfica.

A orografia muito acidentada e a posição geográfica, face ao Funchal, constituíram sempre um entrave ao desenvolvimento das atividades económicas no concelho de Porto Moniz, situação que condicionou fortemente a evolução da sua economia e demografia.

Ao longo dos anos, a agricultura foi o sector que ocupou a grande maioria das pessoas, apesar de os condicionalismos naturais, ao nível da orografia e do clima, não terem permitido a sua modernização e a produção de bens de maior valor comercial, colocando em causa a sua afirmação como atividade geradora de rendimentos compatíveis com os padrões de vida atuais.

Constituindo uma agricultura marcadamente de subsistência, tem-se assistido ao seu abandono, hoje quase exclusivamente praticada como atividade principal pelos mais velhos ou,

então, como forma de satisfação de parte das necessidades alimentares do agregado familiar, enquanto atividade secundária.

Exceção a este cenário constitui a viticultura de castas ditas nobres, ligada à produção de vinho madeira ou de vinho de mesa, em que os rendimentos e valor acrescentados têm permitido uma prática de cariz mais empresarial, mas sempre condicionada pelos fatores naturais que limitam muito a sua evolução.

A diminuição do peso da população na agricultura, acentuou-se bastante a partir dos anos 90, até por volta do ano 2009, como resultando da transferência de parte da sua população ativa para a construção civil, fruto do grande volume de obras públicas que a ilha da Madeira conheceu, relacionadas com as acessibilidades terrestres e marítimas, assim como à construção de infraestruturas ligadas à prestação de serviços de saúde, de educação, de lazer e culturais.

Em contraciclo com a agricultura, o município do Porto Moniz, embora ainda aquém do desejável, tem vindo a registar uma crescente dinâmica económica na área do turismo, nomeadamente ao nível da restauração e da hotelaria, assim como, mais recentemente, na prestação de serviços ligados a atividades de contacto com a natureza.

Apesar da evolução bastante positiva, a verdade é que a atividade turística possui um potencial endógeno muito importante e que está ainda por explorar, para que se venha a afirmar como o grande motor da criação de oportunidades de negócio e de emprego que este concelho precisa para ter um desenvolvimento sustentável, tal como é explanado neste projeto educativo no ponto “Responsabilidade social da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz”.

Constituindo a ocupação humana de um território o reflexo direto da dinâmica económica nele existente, facilmente se compreende a evolução demográfica que o município tem conhecido, sobretudo a partir do fim da II Guerra Mundial.

Após este conflito bélico, a Região Autónoma da Madeira conheceu um forte surto emigratório, como resultado das privações e dificuldades que a população passou durante o seu decurso. Registe-se que, pese embora o não envolvimento de Portugal neste conflito, o posicionamento dos submarinos alemães em torno do arquipélago da Madeira, como forma de limitar a ajuda aos aliados por parte dos EUA, condicionou muito a economia e a vida dos madeirenses, deixando de haver, praticamente, trocas comerciais com o exterior.

O isolamento a que o arquipélago da Madeira foi votado durante a II Guerra Mundial teve um forte impacto nas transações comerciais de e para este território, com consequências terríveis ao nível alimentar, agravada pela escassez de produtos químicos utilizados no controlo das pragas agrícolas, situação que conduziram a uma diminuição drástica da produção, alastrando a fome a muitas famílias.

As dificuldades sentidas, durante o período de guerra, promoveram na população a insatisfação e o desejo de emigrarem, na esperança de um futuro melhor para as suas famílias. Sentimento partilhado por muitos, deu aso a um forte movimento migratório, encabeçado por pessoas determinadas em melhorarem as suas condições de vida, de tal forma que a grande maioria destes emigrantes afirmaram-se com sucesso nos países de acolhimento, promovendo, por imitação, o reforço deste fluxo até o ano de 1974, aquando da implantação da democracia no nosso país.

Realce-se que neste período, apesar das altas taxas de natalidade existente no arquipélago da Madeira, o forte fluxo emigratório conduziu a uma diminuição efetiva da população, com particular incidência nos municípios mais periféricos e deprimidos economicamente, como é exemplo o Porto Moniz.

A democratização do país teve um forte impacto económico e demográfico no arquipélago da Madeira, mormente decorrente do estatuto político administrativo que veio a ganhar, enquanto

região autónoma, dotando esta parcela do território com autonomia administrativa, económica e legislativa, alterações essas que lhe conferiram uma maior capacidade reivindicativa e realizadora na prossecução da satisfação dos legítimos interesses dos madeirenses.

Muito deficitária em infraestruturas rodoviárias, portuárias, de saúde e educativas, a Região Autónoma da Madeira conheceu um ciclo de desenvolvimento sem precedentes, alavancado pelas obras públicas, onde aconteceu uma oferta de emprego excedentária na área da construção civil, obrigando, mesmo, à "importação" de mão-de-obra. Este fenómeno foi determinante para estancar o fenómeno emigratório que a Região vinha a conhecer, sendo que, no que ao município do Porto Moniz diz respeito, este processo de desertificação demográfica não findou, havendo apenas uma mudança estrutural, passando-se de um fenómeno emigratório para migratório em direção ao eixo Funchal / Santa Cruz.

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
RAM	269.769	268.937	251.135	252.844	253.426	245.011	267.938
P Moniz	6.422	5.917	4.480	3.963	3.432	2.927	2.711

Com a crise económica que se instalou em Portugal por volta de 2009, a que a Região Autónoma da Madeira foi bastante vulnerável, assistiu-se ao fim de um ciclo de desenvolvimento alicerçado nas obras públicas, em resultado das dificuldades financeiras sentidas pelo Governo Regional. Aconteceu, assim, uma paralisia do setor da construção civil que se tinha afirmado como o grande promotor de oportunidades de negócio e emprego, com reflexos em todos os setores de atividade da RAM, deixando transparecer as fragilidades das empresas e consequente aumento exponencial do desemprego.

As mudanças socioprofissionais, entretanto ocorridas, e os padrões de vida alcançados na Região Autónoma da Madeira, tornaram-se incomportáveis com as situações de desemprego a que inúmeras famílias foram relegadas, circunstâncias que a partir de 2012 fomentou um novo surto migratório que teima em perdurar até hoje.

Existindo uma relação direta entre os movimentos migratórios e os territórios mais periféricos e deprimidos economicamente, o município de Porto Moniz, pese embora a evolução positiva ocorrida no setor do turismo, continua a sentir muitas dificuldades em fixar a sua população mais jovem, agravando, ainda mais os fenómenos de desertificação e de envelhecimento demográfico.

Em termos globais, constata-se que as vicissitudes económicas que a Região Autónoma da Madeira conheceu desde a década de cinquenta refletem-se claramente na evolução da sua população, no entanto tal não tem idêntica correspondência ao nível do concelho de Porto Moniz, em que a perda de habitantes tem sido contínua, quer por emigração e migrações de âmbito regional, como é constatável no quadro acima transcrito, em que nesse período ocorreu uma diminuição de cerca de 57,8% dos residentes.

Detentor de invejáveis infraestruturas e equipamentos, promotores de melhoria da qualidade de vida dos residentes, o município do Porto Moniz só inverterá a tendência demográfica que tem conhecido, se aconteceram mais oportunidades de negócio e de oferta de emprego, só compatíveis com o desenvolvimento e afirmação da identidade do destino turístico Porto Moniz, diferenciado e de qualidade.

3 – A infraestrutura Escolar.

Infraestrutura inaugurada no dia 26 de Setembro de 1999, a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz é constituída por um edifício principal composto por uma cave, um andar térreo e três superiores (1.º, 2.º andares e sótão.

A cave, localizada ao nível inferior da cozinha, funciona como zona de apoio à mesma, comportando uma arrecadação de alimentos, com correspondente área refrigeração, uma pequena sala de convívio do pessoal afeto à confeção dos alimentos, assim como os sanitários e duches destinados a estes funcionários.

No andar térreo encontram-se sedeados os serviços que a escola disponibiliza aos alunos e demais membros da comunidade escolar, nomeadamente o Bar de Alunos, o Bar de Professores e Funcionários, o Refeitório, a Cozinha, a Papelaria/Reprografia, Instalações Sanitárias, a Biblioteca, os Serviços Administrativos, os Serviços de Ação Educativa, assim como o PBX, o Órgão de Gestão, a Sala de Trabalho dos Docentes e o Gabinete dos Diretores de Turma.

No 1.º andar concentram-se os espaços didáticos específicos, nomeadamente os laboratórios de Ciências/Biologia, de Físico-Química, de Educação Visual e os de Informática, assim como a sala de sessões, quatro salas de aulas indiferenciadas, encontrando-se três dotadas com quadro interativo.

No 2.º anda existem dez salas de aulas indiferenciadas, sendo que uma está dotada com quadro interativo, localiza-se o Gabinete de Psicologia e Orientação Escolar, o Centro de Recursos Educativos da Escola e a sede da Associação de Estudantes.

O sótão da Escola, para além de constituir uma área de arrecadação de equipamentos escolares (mesas e cadeiras) e de arquivo de documentos, comporta uma área designada por Sala de Convívio dos Funcionários, que possui em anexo instalações sanitárias equipadas com duches.

Adjacente ao edifício escolar encontra-se o pavilhão desportivo, inaugurado em 17 de Setembro de 2000, que se localiza a oeste do edifício principal, intervalado por um campo polidesportivo.

A completar este complexo escolar, existe uma piscina coberta, inaugurada a 26 de Setembro de 2004, que fica localizada a sul do edifício principal. É um imóvel de três andares, sendo o inferior ocupado por duas salas de aulas específicas, uma sala oficina / sala de Educação Tecnológica, que comporta também uma arrecadação de ferramentas e máquinas, entre outros utensílios utilizados nos “trabalhos manuais”, um laboratório de Educação Musical, para além de instalações sanitárias. O acesso a este espaço letivo faz-se a partir da rua designada por Beco do Pavilhão, através de uma porta existente no extremo Noroeste do edifício em apreço.

No primeiro andar do edifício das piscinas encontram-se instaladas o complexo de máquinas de circulação e aquecimento de águas, enquanto que no segundo encontra-se as piscinas, propriamente ditas, respetivos balneários e espaços administrativos correspondentes.

4– Recursos Humanos

4.1 - Pessoal Docente

Ao longo dos últimos anos o número de docentes tem decrescido, acompanhando a diminuição do número de alunos que frequentam a escola. No ano letivo 2014/2015, existem 36 docentes distribuídos da seguinte forma:

Grupo Disciplinar	Número de docentes
200	2
220	1
230	2
240	1
250	1
260	1
290	1
300	2
320	1
330	1
400	2
410	1
420	3
500	5
510	4
520	2
550	2
600	1
620	2
110E	1
Total	**36**

Número de professores por categoria profissional

Categoria	Número de docente
Quadro de Escola	12
Quadro de Zona Pedagógica	3
Vinculados	5
Contratados	16

4.2 - Pessoal Não Docente

No ano lectivo 2014/2015, o Pessoal não Docente está distribuído pelas seguintes categorias:

Categoria	Número
Coordenadora Técnica	1
Técnico de Informática	1
Técnico Superior	1
Assistentes Técnicos	6
Encarregado Operacional de apoio Geral	1
Encarregado Operacional da Área de Cozinha	1
Assistentes Operacionais	19
Total	**30**

4.3 – Discentes

O número de discentes que frequentaram a escola nestes últimos anos letivos tem vindo a decrescer, tendo no ano letivo 2014/2015 180 alunos inscritos, conforme tabela abaixo.

Ano	N.º de Alunos	Percentagem
5.º Ano	28	15,6%
6.º Ano	21	11,7%
7.º Ano	28	15,6%
8.º Ano	16	8,9%
9.º Ano	35	19,4%
10.º Ano	20	11,1%
11.º Ano	12	6,7%
12.º Ano	20	11,1%
Total	**180**	100%

5 - Composição dos Órgãos de Direção, Administração e Gestão da Escola

Conselho da Comunidade Educativa

CARGO
Diretor
Presidente do Conselho Pedagógico
Três Representantes do Pessoal Docente
Representante do Município do Porto Moniz
Representante das Atividades de Carácter Cultural
Representante das Atividades Económicas
Representante do Pessoal Não Docente
Representante dos Encarregados de Educação
Dois Representantes dos alunos

Conselho Pedagógico

CARGO
Diretor
Presidente do Conselho da Comunidade Educativa
Coordenadora do Departamento de Línguas
Coordenador do Departamento das Ciências Exactas, da Natureza e Tecnologias
Coordenador do Departamento de Expressões
Coordenadora do Departamento das Ciências Humanas e Sociais
Coordenador das Atividades de Enriquecimento Curricular
Coordenadora do Ensino Básico
Coordenadora do Ensino Secundário
Coordenador das Tecnologias de Informação e Comunicação

Direção

CARGO
Diretor
Adjunto do Diretor
Adjunto do Diretor
Assessora da Diretor
Assessora da Diretor

Conselho Administrativo

CARGO
Diretor
Adjunto do Diretor
Coordenadora Técnica

6 – Resultados obtidos

6.1 – Aproveitamento por ano de escolaridade no quadriénio 2010/2014

Ano	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º
Taxa de aprovação	85,7 %	82,9%	81,2%	91,6%	90,4%	88,5%	91,8%	48,6%

6.2 – Aproveitamento dos alunos por ciclos no quadriénio 2010/2014

Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Taxa de aprovação	85%	88%	77%

6.3- Percentagens de níveis negativos por disciplina por ano de escolaridade no quadriénio 2014/2015:

Disciplina	5.ºano	6.ºano	7.ºano	8.ºano	9.ºano	10.ºano	11.ºano	12.ºano
Português	4%	11%	20%	11%	11%	23%	6%	19%
Inglês	21%	15%	12%	5%	4%	14%	4%	
HGP	16%	20%						
História			18%	6%	3%			
Historia A						7%	0%	0%
Matemática	20%	32%	34%	20%	29%			
Matemática A						51%	32%	21%
MACS						7%	0%	
Ciências da Natureza	9%	8%	10%	3%	0%			
Biologia e Geologia						0%	6%	
Biologia								3%
Educação Visual	12%	2%	4%	1%	0%			
Educação Tecnológica	8%	9%						
Educação Musical	0%	2%	1%	0%				
Educação Física	1%	4%	4%	0%	0%	0%	0%	0%
TIC			17%	5%				
Francês			9%	9%	12%			
Geografia			20%	5%	2%			
Geografia A						12%	0%	
Físico Química			30%	19%	35%			
Físico e Química A						33%	33%	
Física								0%
Filosofia						17%	9%	
Psicologia B								11%
Sociologia								0%
Geometria Descritiva A						0%	0%	
Economia A						0%		

6.4 - Numero médio de negativas por aluno por ano de escolaridade no quadriénio 2010/2014:

Ano	**5.ºano**	**6.ºano**	**7.ºano**	**8.ºano**	**9.ºano**	**10.ºano**	**11.ºano**	**12.ºano**
N.º médio de negativas por aluno	0,82	0,97	1,70	0,81	0,94	1,16	0,73	0,39

***6.5 – Média dos resultados obtidos nas provas finais nacionais no quadriénio 2010/2014*:**

Ano	Português	Matemática
6.º Ano	56%	60,6%
9.º Ano	52,2%	52,04

6.6 – Média dos resultados obtidos nos Exames finais nacionais no quadriénio 2010/2014:

Os resultados estão expressos de 0 a 200 pontos

Ano	Biologia e Geologia	Física e Química A	MACS	Geografia A	Filosofia	Geometria Descritiva A
11.º Ano	92,1	85,8	115,2	111,2	114,3	98,5

Ano	Português	Matemática A	História A
12.º Ano	99,06	77,8	131,5

6.7 – Contactos com Encarregados de Educação sem convocatória

No que respeita a este item, obtiveram-se as seguintes taxas de comparência na escola sem convocatória no quadriénio 2010/2014:

	2º Ciclo			**3º Ciclo**			**Secundário**		
	1.º P	2.º P	3.º P	1.ºP	2.ºP	3.ºP	1.ºP	2.ºP	3.ºP
Média	46,25%	27,8%	14,2%	48%	20,75%	15,3%	34,7%	10%	9,3%

6.6 – Percentagem de alunos com Apoios da Ação Social Educativa no quadriénio 2010/2014:

Escalão	**Percentagem**
I	30,42%
II	27,78%

6.8 – Alunos abrangidos pela Educação Especial

Quadriénio	**2.º Ciclo**	**Observações**	**3.º Ciclo**	**Observações**	**Secundário**	**Observações**	**Total**
2010/2014	**25**	**12** alunos não aprovados **1** excluído por faltas (estava fora da escolaridade obrigatória)	**28**	**5** alunos não aprovados	**5**	**1** aluno não aprovado	**58**

6.9 – Alunos com Português Língua não Materna

Quadriénio	**2.º Ciclo**	**Observações**	**3.º Ciclo**	**Observações**	**Secundário**	**Observações**	**Total**
2010/2014	**7**	Nenhum aluno ficou retido	**22**	8 alunos retidos	**1**	transitou	**30**

6.10 – Participações / Conselhos de Turma Disciplinares no quadriénio 2010/2014

Ano	Total alunos	N.º Participações Disciplinares	Procedimentos disciplinares		
			Repreensão por escrito	Atividades úteis à comunidade	Suspensão da atividade letiva
5.º Ano	106	82	1	7	3
6.º Ano	115	91	0	8	14
7.º Ano	122	153	4	15	11
8.º Ano	135	51	0	4	2
9.º Ano	145	15	0	0	0
10.º Ano	76	4	0	0	0
11.º Ano	52	8	0	0	0
12.º Ano	54	3	0	0	0

6.11 – Acidentes Escolares ocorridos no quadriénio 2010/2014

Número de acidentes	Número de acidentes da aula de Educação Física
100	62

III – VALÊNCIAS DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO PORTO MONIZ

1- Responsabilidade social da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz.

A educação, enquanto processo, e os estabelecimentos de ensino, enquanto estruturas de promoção da formação dos jovens, constituem bases importantíssimas do enriquecimento da pessoa humana e da criação da sua identidade como pessoas ativas e intervenientes na vida em comunidade.

Numa sociedade moderna e democrática, a escola, em sentido lato, constitui um dos principais instrumentos promotores da igualdade de oportunidades dos indivíduos, pois, independentemente do sexo, da raça ou da sua condição económica, ao aproveitarem as oportunidades que lhes são proporcionadas, poderão valorizar-se e alcançar patamares de sucesso.

É tendo presente este sentido de importância da escola e da educação escolar que devem ser norteados a gestão e a administração dos estabelecimentos de ensino, visto os "modelos" implementados terem reflexos diretos no futuro dos alunos e da sociedade que integram, que, caso não sejam os adequados, poderão constituir-se de difícil reversão.

Se comungados estes pressupostos, torna-se claro que os diferentes órgãos de gestão da escola não poderão percorrer caminhos facilitadores, mas sim abraçar princípios promotores da competência e da responsabilização, pois só assim é que poderão dotar os jovens com instrumentos que lhes permitam enfrentar os desafios que se lhe colocam no dia-a-dia, enquanto cidadãos participantes numa sociedade cada vez mais exigente e em constante transformação.

Outra área sensível, na gestão escolar, prende-se com os pressupostos orientadores do processo formativo dos alunos, por vezes substancialmente antagónicos, em que ao paradigma da instrução dos alunos com as competências indispensáveis ao seu desempenho, enquanto cidadãos ativos, contrapõe-se a obrigatoriedade de tratar a totalidade dos conteúdos dos programas curriculares, por forma a instruir os alunos com conhecimentos que lhes permitam percorrer com sucesso todo o percurso escolar, nomeadamente quando sujeitos a exames nacionais.

Evidentemente que nesta ponderação ter-se-á de encontrar um ponto de equilíbrio entre a emergência de preparar os alunos para a prossecução de estudos, mais exigente em conhecimentos, e uma formação mais virada para as competências de que terão de ser detentores todos os indivíduos enquanto cidadãos, mormente os que se ficam pela escolaridade obrigatória.

Constituindo um dos propósitos da escola a preparação dos jovens para a vida ativa, no sentido de dotá-los com instrumentos e competências que lhes permitam estar à altura dos desafios que enfrentam as comunidades onde estão inseridos, sem descurar uma instrução subjacente à educação para uma cidadania universal, no que à Escola Básica e Secundária do Porto Moniz diz respeito e ao nível da formação não curricular, importa dar particular enfase às temáticas ambientais e turísticas.

Esta atenção é sobretudo importante para um concelho que tem assistido nas últimas décadas a uma redução muito significativa da sua população, quer pela diminuição da taxa de natalidade, como pela saída dos jovens e dos adultos. O envelhecimento demográfico do município do Porto Moniz constitui um dos maiores problemas e o seu rejuvenescimento um dos maiores desafios, só alcançável com a implementação de estratégias promotoras de novas oportunidades de negócio e de emprego nas áreas do ambiente e do turismo, sem esquecer a agricultura.

A opção turística é relevante para colmatar muitos dos constrangimentos demográficos e sociais do Porto Moniz, visto a prestação de serviços nas áreas do turismo e do ambiente serem

muito intensivas em mão de obra, para além de que permitem uma empregabilidade abrangente, envolvendo desde quadros superiores a técnicos com menores qualificações.

É pacífica a identificação destes sectores como aqueles que agregam maiores potencialidades de desenvolvimento deste município, nomeadamente ao nível dos responsáveis pelo poder local e regional, assim como pelos principais agentes económicos, pelo que importa que ajamos em conformidade e juntemos esforços na prossecução desse objetivo, empreendimento a que a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz não pode ficar alheia.

A qualidade ambiental, a diversidade paisagística e o facto do concelho do Porto Moniz ser detentor de uma das maiores manchas de floresta laurissilva, ecossistema único, classificado pela UNESCO património da humanidade, constituem recursos que, devidamente valorizados, podem constituir-se elementos importantes na afirmação da identidade do destino Porto Moniz, que se quer sustentável, de qualidade e o mais diferenciado possível.

Este município possui um potencial de desenvolvimento turístico impar, com sustentação nos fatores naturais e culturais, capacidades que terão de ser valorizadas e aproveitadas na criação da marca Porto Moniz. A gastronomia, os arraiais religiosos, os passeios a pé pelos trilhos existentes nas serras, a observação de aves marinhas e terrestres, os passeios de mar numa costa com uma beleza ímpar, o mergulho, os desportos de contato com a natureza, nomeadamente o canyoning, o BTT, o ultra Trail, a pesca desportiva no mar e nos cursos de água, constituem nichos de mercado com uma procura crescente, numa sociedade cada vez mais urbanizada e desejosa de viver outro tipo de ambientes nas férias.

É relevante observar que a prestação dos serviços enumerados não pressupõe grandes investimentos, podendo constituir-se numa oportunidade para os jovens criarem os seus próprios empregos, ensejo que poderá ser alavancado com os fundos comunitários existentes para o efeito.

A existência de um grande número de habitações devolutas a se degradarem no município do Porto Moniz, fazem do turismo de habitação e do agroturismo oportunidades a não menosprezar, quer como forma de criar o próprio emprego, mas também de obtenção habitação própria, estimuladas pela disponibilidade de apoios comunitários específicos. Para além das razões enunciadas, o agroturismo neste concelho poderá ganhar especial importância pelo facto da agricultura ser marcadamente tradicional, face aos condicionalismos naturais de que padece, pelo que a sua prática constitui um autêntico museu vivo.

Quer como atividade económica, mas também em termos ambientais, nomeadamente ao nível da manutenção da paisagem que nos carateriza, a agricultura no concelho do Porto Moniz terá de ser acarinhada e mantida, sob pena do município ficar mais dependente do exterior ao nível dos consumos e de perder, irreversivelmente, uma paisagem que o distingue e lhe dá identidade. Esta atividade poderá desempenhar um papel interessante, enquanto ocupação laboral primária ou mesmo como complemento de outras, onde o aproveitamento de fundos europeus, ao nível dos apoios/medidas agroambientais, poderá viabilizar a sua prática.

Na prossecução dos desafios que se colocam ao concelho do Porto Moniz, pese embora o excesso de carga letiva que marca o nosso sistema de ensino e a parca autonomia das escolas nessa matéria, ao nível das áreas não curriculares, dever-se-ão estruturar iniciativas e projetos que mobilizem os jovens para os saberes e competências que dão corpo ao desafio da afirmação turística do concelho do Porto Moniz. Embora de difícil operacionalização no atual contexto, uma Região tão dependente do turismo como a Madeira, deverá equacionar a oportunidade de implementar uma disciplina não curricular englobadora das especificidades do nosso turismo, onde fossem desenvolvidas as competências de bem receber e informar aqueles que nos visitam.

De todo o modo, na administração das escolas do nosso município, dever-se-á dar especial atenção à emergência formativa que se impõe, sob pena de estarmos a contribuir para dotar os alunos com competências divergentes das necessidades identificadas, de que resultará, inevitavelmente, o adiamento do desenvolvimento do concelho do Porto Moniz e a saída da população jovem para outros territórios para desenvolverem a sua atividade profissional.

Ao nível da conjuntura que se vive e dos desafios que se impõem, para atingir-se tal propósito com sucesso, é importante que todos, instituições de educação, de poder local e regional, tenham presente a necessidade de promover uma mudança de mentalidades.

Na Região Autónoma da Madeira, depois de vários anos em que as entidades públicas foram as principais promotoras de oportunidades de negócio e de emprego, enraizou-se na sociedade comportamentos de dependência e acomodação, que faz com que, muitas vezes, os agentes económicos padeçam de pouca iniciativa própria, clamando a intervenção do "Estado" para a resolução das suas dificuldades. O " sistema vigente" promoveu o surgimento de faixas da população desprovidas de empreendedorismo, de tal forma conformadas que não reagem às mudanças que se assistem, nomeadamente ao nível da capacidade de adequação às novas necessidades e dinâmicas dos mercados de trabalho, assim como no que à criação do seu próprio emprego diz respeito.

A esta realidade também não é alheia a adoção de políticas sociais que, pese embora a pertinência, têm vindo a ser implementadas de forma desastrosa, hipotecando, muitas vezes, o potencial produtivo de muitas famílias abrangidas por esses apoios, chegando, mesmo, a desenraizá-las socialmente.

É imprescindível dotar os recursos humanos que dispomos com maior destreza, sob pena dessa falta de agilidade castrar o potencial endógeno das pessoas e dos territórios onde estão inseridas, sobretudo quando existem disponíveis instrumentos facilitadores ao empreendedorismo, nomeadamente através da disponibilização de fundos da Comunidade Europeia, oportunidades para as quais é fundamental preparar os jovens para o seu aproveitamento. Temos de reconhecer que as políticas educacionais, sociais e económicas nem sempre têm sido concretizadas de forma a termos cidadãos empreendedores, capazes de garantiram a sua independência.

Na ação da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, temos de ter presente que estamos inseridos num município envelhecido, parco em recursos humanos, onde este estabelecimento de ensino constitui a instituição onde, porventura, reside a maior capacidade crítica do concelho. Assim, não será de descurar a oportunidade de incrementar uma maior abertura da escola à comunidade envolvente, privilegiando a criação de corredores de interação com as principais instituições instaladas no município, sem, contudo, colocar em causa o seu principal objetivo que é o da instrução dos seus alunos.

1.1- Objetivos Aglutinadores:

Os objetivos aglutinadores propostos neste ponto decorem do explanado na temática denominada responsabilidade social da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, de onde serão selecionados os que farão parte dos objetivos e metas integrantes do Projeto Educativo 2014/2018.

1.1.1- Melhorar o conhecimento das questões ambientais com maiores impactes no município de Porto Moniz.

1.1.1.1- Conhecer melhor o ecossistema floresta Laurissilva.

1.1.1.2- Melhorar o conhecimento do ciclo da água desde a captação ao tratamento das águas residuais, assim como os aspetos mais sensíveis no concelho de Porto Moniz.

1.1.1.3- Aprofundar o conhecimento sobre o circuito da produção, recolha e tratamento do lixo no município de Porto Moniz.

1.1.1.4- Melhorar o conhecimento sobre os principais focos de degradação ambiental no território do Porto Moniz.

1.1.1.5- Conhecer melhor as fragilidades de sustentabilidade ambiental nos ecossistemas terrestres e marinhos do concelho de Porto Moniz.

1.1.2- Aprofundar o conhecimento sobre as potencialidades turísticas do município de Porto Moniz.

1.1.2-1. Identificar e conhecer os aspetos naturais e humanizados que constituem mais-valias para a identidade do destino Porto Moniz.

1.1.2-2. Identificar e debater nichos de mercado com maiores potencialidades para a afirmação da identidade do destino Porto Moniz: Biogeografia do ecossistema Laurissilva; Passeios a pé no âmbito da floresta Laurissilva; Canyoning; Observação de aves; Ultra-Trail; BTT; Pesca desportiva; Passeios de mar ao longo da costa; Mergulho; Surf; Turismo de habitação; Agroturismo; Arraiais religiosos; Gastronomia e Geologia / acidentes geológicos.

1.1.2-3. Compreender a implementação dos nichos de mercado identificados como oportunidades de negócio e emprego.

1.1.2-4. Identificar e debater estratégias a seguir no desenvolvimento do turismo no município de Porto Moniz:

- Enquadrado no todo Região Autónoma da Madeira?
- No âmbito da "Costa da Laurissilva"?
- Ao nível concelhio?

1.1.3- Melhorar o acolhimento dos turistas no município de Porto Moniz.

1.1.3-1. Oferta de formações de curta duração destinados à população, com incidência naqueles que desempenham atividade profissional no setor turístico.

1.1.3-2. Sensibilizar a Secretaria Regional de Educação para, no quadro da autonomia das escolas, criar-se um disciplina não curricular que trate a temática do turismo na Região Autónoma da Madeira e do concelho de Porto Moniz em particular.

2- Valência formativa

2.1- No ensino Regular

Expressos os pressupostos que poderemos identificar, em sentido lato, como responsabilidade social da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, é inquestionável que seria desejável promover, também, uma oferta divergente ao currículo padrão, mormente ao nível profissionalizante, contudo, a exiguidade do número de alunos deste concelho constitui um grande entrave à operacionalização desta necessidade.

A bipolarização demográfica, norte/sul, da Ilha da Madeira tem vindo a ganhar novo ímpeto após a construção das vias rápidas, em resultado do aumento da centralidade do eixo Câmara de Lobos / Machico. A crescente concentração da atividade económica neste eixo terá como impacto demográfico o acentuar do envelhecimento dos municípios mais periféricos, com maior incidência nos da costa norte da ilha. As escolas destes concelhos, face ao reduzido número de alunos, terão cada vez mais dificuldades em promover uma oferta curricular que vá de encontro aos anseios de todos os jovens, acentuando-se a sua ida para o Funchal para prosseguirem estudos, situação só

ultrapassável com a implementação de estratégias de complementarização dos estabelecimentos de ensino localizados nesses territórios.

As novas vias de comunicação e a evolução dos meios de transporte poderão viabilizar a complementarização das escolas ao nível da oferta formativa, mormente entre a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz e a Escola Básica e Secundária Dª Lucinda Andrade, no entanto dificilmente será implementada sem uma intervenção formal da Secretaria Regional de Educação, enquanto política estruturante para a Região. Esta iniciativa teria como fundamento o facto dos jovens, ao terem de sair dos concelhos periféricos para abraçarem os percursos formativos escolhidos, representarem encargos acrescidos para as famílias e para o Governo Regional, para além de potenciarem o êxodo rural, com os efeitos nefastos daí decorrentes.

Pese embora os constrangimentos já mencionados, o alargamento da escolaridade obrigatória até aos dezoito anos poderá permitir, a curto prazo, o surgimento de "currículos alternativos" ao nível do ensino secundário e ou a oferta de um 13º ano profissionalizante na área do turismo e serviços conexos.

Na atual realidade não é sustentável a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz alargar mais a oferta curricular, mantendo-se a oferta padrão no ensino básico e a aposta nas "ciências" e nas "línguas" no ensino secundário, como aquelas que, embora não específicas, darão melhor formação base às exigências que se colocam no território onde está implantada.

De encontro à necessidade de preparar os alunos para os desafios do município do Porto Moniz, seria desejável que os docentes promovessem práticas letivas de contextualização curricular, no sentido de no processo pedagógico, sempre que possível, fizessem uma aplicação prática dos conhecimentos científicos à realidade vivida pelos alunos. Constituiria uma forma dos discentes perceberem a utilidade dos conhecimentos que a escola promove, tornando os conteúdos curriculares mais compreensíveis, garantindo-se uma maior consolidação dos conhecimentos e uma maior motivação para as aprendizagens.

Ainda de encontro à preparação para os desafios do município do Porto Moniz e à abertura da escola à comunidade em que se insere, será de aproveitar e aprofundar a experiência implementada em 2013/2014, ao nível da oferta de formações de curta duração à população em geral, nomeadamente às pessoas que já desempenham uma atividade profissional na área do turismo, como forma de complementar a experiência adquirida com novas competências indispensáveis à prestação de serviços de maior qualidade. Registe-se que esta oportunidade só será equacionada se houver empenho por parte dos empresários locais e poderá ser agilizada com recursos próprios ou recorrendo a apoios europeus, nomeadamente ao nível do programa Rumos e ou em parceria com a Escola Hoteleira da Madeira.

Ao nível curricular, é incontornável que transversalmente todos os conteúdos curriculares sejam tratados na íntegra, não apenas nos anos e ou disciplinas em que ocorre a aplicação de instrumentos de avaliação de âmbito nacional (exames nacionais), pois caso contrário os alunos irão acumular lacunas que poderão fomentar dificuldades acrescidas ao prosseguimento da sua vida académica. Neste sentido, uma palavra de apreço pela atenção que este assunto tem merecido por parte dos professores desta escola, recorrendo, não raras vezes, à lecionação de aulas extra para atingirem este desiderato.

Embora reconhecendo a importância das atividades extracurriculares na formação integral dos jovens, a escola deverá primar a sua gestão pela salvaguarda do normal desenvolvimento das atividades letivas, sendo que estas não deverão ser preteridas a favor de outras iniciativas, quer por motivos internos ou externos à escola. Atente-se que o desenvolvimento de atividades que coloquem em causa os momentos curriculares, colocam em risco o cumprimento dos programas ou

obrigam a um esforço suplementar dos professores na promoção de aulas extra, para além de que poderão contribuir para fomentar "ruídos" ao bom ambiente de aprendizagem.

Para atingir o desiderato do cumprimento dos programas curriculares, é importante que os docentes cumpram as planificações em cada um dos períodos, não deixando a superação dos atrasos para o fim do ano letivo, situação que contribuiria para o acréscimo da sobrecarga de trabalhos a que normalmente os alunos já são sujeitos, com destaque para aqueles que são alvo de avaliação externa.

2.2- Na Educação Especial

No âmbito da oferta curricular, uma atenção particular aos alunos com necessidades formativas particulares, incluídos na educação especial. O primeiro aspeto que importa refletir e ter muita acuidade nas propostas dos Conselhos de Turma e nas decisões do Conselho Pedagógico, prende-se com a indicação e inclusão dos alunos nesta vertente de ensino.

É preciso ter presente que só deverão abraçar a educação especial os discentes que não conseguem ter resposta às suas necessidades formativas no ensino regular. Assim, a identificação dos alunos alvo de educação especial terá de ser objetiva e clara, nomeadamente por parte dos técnicos habilitados para o efeito, sob pena dos Conselhos de Turma proporem a sua frequência a discentes que padecem de ligeiras limitações e que apenas não têm sucesso escolar por fatores que nada têm a ver com o seu desempenho intelectual, mas sim decorrente da falta de motivação, deficiente acompanhamento da vida escolar por parte dos pais ou da postura adotada na sala de aulas.

É preciso ter consciência que, uma decisão errada no "envio" de um aluno para a educação especial, poderá comprometer de forma irreversível o seu percurso escolar e reduzir as suas oportunidades enquanto cidadãos.

Outro foco de reflexão que impõe fazer-se ao nível da educação especial, prende-se com os objetivos desta modalidade de ensino e a adequação dos "currículos" oferecidos. Não raras vezes, identificados os alunos, teima-se em construir programas educativos individuais com base no aligeirar dos conteúdos e das exigências dos currículos ditos normais, não dando resposta às necessidades formativas específicas desses discentes.

Como o próprio nome indica, os programas educativos individuais têm de ser feitos à medida, de acordo com as capacidades de cada um, tendo em vista o grau de integração social e de independência suscetíveis de alcançar. Uma parte significativa dos alunos a quem foi diagnosticado deficit cognitivo apreciável, têm capacidades para ganhar competências de satisfação das suas necessidades elementares diárias, como seja a higiene pessoal, a confeção de alimentos, o tratamento da roupa, adquirir bens básicos, utilizar os transportes públicos, entre outros, podendo mesmo desenvolverem atividades profissionais menos exigentes.

O alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade impõe uma reflexão à estruturação da educação especial.

Tendo sempre em conta a diversidade dos alunos e os objetivos desta via de ensino, seria desejável, em termos estruturais, que durante o ensino básico fosse dada primazia às competências sociais, que permitam aos alunos maximizar a sua integração na sociedade com o menor grau de dependências possíveis, nomeadamente ao nível da concretização das tarefas diárias elementares suscetíveis de alcançar, deixando, quando oportunas, o desenvolvimento das competências mais profissionalizantes para o ensino secundário, que se desejam, sempre que possível, promotoras da maior independência destes jovens ao nível económico.

2.3 - Objetivos aglutinadores:

Os objetivos aglutinadores traçados neste ponto reportam-se à valência formativa da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, tendo em conta as especificidades deste estabelecimento de ensino, nomeadamente decorrente dos condicionamentos que padece, face ao reduzido número de alunos que o frequentam. A partir destes objetivos foram selecionados aqueles que fazem parte dos objetivos e metas integrantes do Projeto Educativo 2014/2018.

2.3.1- Manter a oferta curricular do ensino secundária nas áreas das "ciências" e das "línguas" visto serem aquelas que, embora não específicas, darão melhor formação base às exigências que se colocam a este município.

2.3.1-1. Abertura do Curso de Ciências e Tecnologias.

2.3.1-2. Abertura do Curso Línguas e Humanidades.

2.3.2- Promover o cumprimento dos programas dos programas curriculares.

2.3.2-1. Cumprir a planificação estabelecida em cada período letivo, por forma a não agravar a sobrecarga do final do ano letivo.

2.3.2-2. Garantir que as atividades não curriculares não ocorram em detrimento das curriculares.

2.3.2-3. Garantir que as atividades curriculares de determinado docente não coloquem em causa a realização das atividades curriculares dos demais colegas.

2.3.3- Promover a abertura da escola à comunidade em que se insere.

2.3.3-1. Oferta de formação de curta duração à população em geral, nomeadamente às pessoas que já desempenham uma atividade profissional na área do turismo, como forma de complementar a experiência adquirida com novas competências indispensáveis à prestação de serviços com maior qualidade.

2.3.3-2. Divulgar as ações/iniciativas da escola com impactes no município / população.

2.3.4- Equacionar a complementarização da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz com a Escola Básica e Secundária Dª Lucinda Andrade ao nível da oferta formativa.

2.3.4-1. Sensibilizar a Secretaria Regional de Educação para a oportunidade da complementarização da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz com a Escola Básica e Secundária Dª Lucinda Andrade ao nível da oferta formativa.

2.3.5- Melhorar a objetividade na identificação dos alunos alvo do educação especial.

2.3.5-1. Os relatórios da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, relativos à identificação dos alunos alvo da educação especial têm de expressar se o aluno deverá ser, ou não, alvo de educação especial.

2.3.6- Melhorar a adequação dos programas educativos individuais.

2.3.6-1. Promover a inclusão social e independência dos alunos, de acordo com as potencialidades e necessidades de cada um.

3- Os atores da educação escolar e do processo formativo dos alunos.

3.1- Os alunos.

Os alunos constituem a razão de ser das escolas, pelo que toda a gestão dos estabelecimentos de ensino deverá ser concretizada em função desse pressuposto, tendo em vista dotar cada um dos alunos com conhecimentos e competências que lhe permitam maximizar as suas capacidades em superarem os desafios que se lhe colocam enquanto pessoas integradas numa comunidade.

Numa sociedade cada vez mais exigente, em que o dia-a-dia é vivido a um ritmo cada vez mais alucinante, onde o desempenho por objetivos banaliza a moralidade, as escolas têm de ser capazes de prover nos alunos destrezas que lhes permitam acompanhar estas exigências, mas também ao nível dos valores, abrindo oportunidades àqueles que, por serem menos dotados ou pelas circunstâncias da vida, veem-se impelidos para a marginalização.

Na formação dos jovens a escola terá de ter presente que assume um papel cada vez mais abrangente, face à reorganização socioeconómica que a sociedade tem vindo a conhecer, de que tem resultado uma menor participação dos pais e da própria comunidade nesse processo.

O acréscimo da responsabilidade da escola na formação dos jovens acontece numa conjuntura em que estes têm vindo a demonstrar interesses cada vez mais divergentes dos escolares, face ao sem número de apelos com que são inundados pelos meios de comunicação, nomeadamente ao nível das redes sociais e da comunicação social.

Perante o alheamento de um crescente número de jovens face à escola, é imprescindível uma aposta dos estabelecimentos de ensino na consciencialização dos alunos para a importância que estas instituições têm no seu futuro, ou seja, impõe-se dar sentido à escola. O trabalho de motivação dos alunos para a frequência e aproveitamento escolares tem de constituir uma tarefa identificada como prioritária, pois, caso contrário, será muito difícil atingirem-se os objetivos pretendidos.

O trabalho motivacional terá de constituir um empreendimento de toda a comunidade escolar, para além do trabalho especializado a ser levado a cabo pelo Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional. A este nível, importa, também, prosseguir com os projetos que a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz tem vindo a desenvolver, no sentido de proporcionar aos alunos orientação escolar e experiências profissionais ao longo do seu percurso escolar.

A promoção de experiência profissionais, para além de constituírem um fator de mobilização dos jovens para os interesses escolares, constitui, também, um meio da dar aos alunos mais competências para decidirem sobre o caminho educativo a seguir. Assume importância a implementação destas iniciativas ao longo de todo o percurso escolar, pois os jovens veem-se obrigados a tomar decisões em momentos da sua vida em que são pouco maturos, com a agravante de, muitas vezes, as opções tomadas serem irreversíveis ou a sua reversão comportar custos elevados.

O processo motivacional não deve ficar indiferente à necessidade de se produzirem mudanças de mentalidade nos jovens, nomeadamente na superação do paradigma com que são confrontados no seu grupo de pares “estudar para quê?”. É preciso incutir nos alunos que, pese embora as saídas profissionais não sejam imediatas nem lineares, um cidadão quanto mais valorizado for pelo seu percurso académico, mais apto estará a superar os desafios que se vierem a colocar ao longo da sua vida.

Para a mudança de mentalidades, que a escola está obrigada a promover, é importante que nas relações pedagógicas com os alunos se dê espaço à criatividade, procurando, sempre que possível, relacionar os conteúdos tratados com situações da sua realidade, ou seja, uma prática

pedagógica de contextualização curricular, pois assim estar-se-á a fomentar nos alunos competências empreendedoras.

É fundamental que a escola desenvolva uma cultura de responsabilidade e responsabilização, situação que nem sempre tem sabido promover, pois, não raras as vezes, envereda pelo encontrar explicações psicossociais para desculpar as performances menos positivas dos alunos, quer em termos de aproveitamento escolar como comportamentais.

Ao nível comportamental, é fundamental garantir-se que todos os alunos possam usufruir de um ambiente escolar promotor de uma educação de qualidade, pelo que não podem ser toleradas quaisquer situações que coloquem em causa esse ambiente e o sucesso das atividades pedagógicas.

Evidentemente que escola terá criar oportunidades aos "alunos caso" para percorrerem o caminho do sucesso, mas nunca à custa dos demais colegas, pelo que essas chances terão de ser alicerçadas pelo Conselho de Turma, com o apoio do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, fora do contexto da sala de aulas, sem prejuízo da maioria dos alunos.

Relativamente à promoção de oportunidades para o bom aproveitamento escolar, é evidente, na gestão concretizada na Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, a atenção dedicada a esta matéria ao longo dos anos. Têm sido implementados instrumentos de promoção de sucesso educativo importantes, nomeadamente os apoios pedagógicos acrescidos, as salas de estudo, o Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, estratégias de agendamento dos momentos de avaliação e a própria estrutura da avaliação que vigora.

Ao nível da gestão e administração da escola, é imprescindível que esta também reflita a opinião dos alunos, pelo que é desejável as lideranças manterem uma relação de proximidade com aqueles que constituem o centro da atenção da instituição escola, privilegiando a agilizando canais de comunicação.

O diálogo Alunos/Direção poderá constituir um fator de mobilização dos discentes para com o papel da escola, assim como uma forma de opinarem sobre a vida escolar, mas também como veículo de transmissão e explicação das opções de gestão tomadas, promovendo-se uma maior identificação dos alunos com o estabelecimento que frequentam.

3.1.1- Instrumentos/estratégias de promoção do sucesso escolar dos alunos.

A implementação dos instrumentos de promoção do sucesso educativo deve ser precedida, caso a caso, de uma análise objetiva aos fatores que estão na génese desse insucesso, sob pena de não se conseguir uma resposta adequada, desperdiçando-se recursos importantes e não se contribuindo para a promoção de uma melhoria da igualdade de oportunidades ao sucesso escolar.

a)- O Apoio Pedagógico Acrescido

O apoio pedagógico acrescido deverá ser entendido como um reforço a ser dedicado, única e exclusivamente, aos alunos que apresentam ligeiras dificuldades de aprendizagem e, por tal, detentores de ritmos de compreensão mais lentos. Assim, o encaminhamento de alunos desmotivados para este apoio, por si só, pouco acrescentará à superação das dificuldades, tal como é completamente contraproducente remeter discentes que têm na base do seu insucesso atitudes comportamentais desviantes, perturbadoras das atividades pedagógicas, visto que, para além de não contribuir para melhorar o seu desempenho, colocam em causa o sucesso dos demais colegas que usufruem desta medida.

Os alunos indisciplinados e ou desmotivados só terão uma oportunidade se a escola, antes de lhes facultar quaisquer reforços de aprendizagem, proporcionar-lhes estratégias de superação dos

problemas que estão na origem dessa postura, nomeadamente com a colaboração estreita do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, por forma a conseguir-se uma valorização do papel da escola na sua formação enquanto cidadãos e dar sentido à frequência escolar a esses alunos.

Embora a abrangência da intervenção dos docentes na instrução dos jovens e a escassez de meios do gabinete de psicologia deste estabelecimento de ensino, a temática motivacional e da indisciplina terá de merecer uma atenção redobrada por parte da escola, sobretudo com o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade.

O risco da existência de grupos de alunos, em torno dos 18 anos de idade, sem qualquer identificação com o papel e objetivos da escola, poderá tornar muito difícil a operacionalização, com sucesso, dos momentos pedagógicos, com consequente perda da autoridade e liderança dos professores e um aumento da indisciplina e do insucesso escolar.

Uma questão que deverá ser ponderada, ao nível dos apoios pedagógicos acrescidos, decorre dos riscos de banalização da utilização deste recurso que, por vezes, chega a criar excessos de tempos pedagógicos aos alunos alvo, os quais, muitas vezes, têm capacidades de carga relativamente baixas.

b)- A Sala de Estudo/Apoio ao Estudo.

A sala de estudo/apoio ao estudo constitui um instrumento de promoção do sucesso escolar bastante válido, mas que terá de ser mais valorizado junto dos alunos e mesmo dos professores.

Para perceber-se a importância do recurso sala de estudo/apoio ao estudo, basta termos presente que os alunos fora da escola dispõem de apoios e acompanhamento diferenciados, nomeadamente decorrentes da formação académica dos pais, assim como da suas capacidade financeiras para recorrerem a reforços pedagógicos pagos, mormente às denominadas “explicações”. Nesta linha de raciocínio, as salas de estudo/apoio ao estudo proporcionam um aprofundamento da igualdade de oportunidades aos alunos, visto todos poderem usufruir de apoio habilitado na feitura dos trabalhos de casa e nos esclarecimentos, ensejo que de outra forma não seria garantido.

Sobretudo ao nível do ensino básico, e decorrente das transformações socioprofissionais que se tem assistido, não seria de descurar o aprofundamento da oferta da sala de estudo/apoio ao estudo, não só pela validade deste recurso, mas também como forma de manter os alunos na “escola a tempo inteiro”. Isto evitaria que jovens de tenra idade ficassem sozinhos em casa sem qualquer tipo de acompanhamento e proporcionaria que, chegados às suas residências, já tivessem concretizado o grosso dos trabalhos pendentes, podendo usufruir do convívio familiar.

Nestes momentos pedagógicos, a realização das mesmas tarefas, em simultâneo, poderá constituir uma oportunidade para se promover a entreajuda entre os alunos, competência bastante importante, sobretudo numa sociedade cada vez mais concorrencial e individualista. Esta ocasião será a mais indicada para o desenvolvimento deste valor, até porque, muitas vezes, as temáticas tratadas não coincidem com as áreas habilitacionais dos professores presentes na sala de estudo/apoio ao estudo, pelo que o seu recurso constitui uma estratégia incontornável.

A carga de trabalho, a que alunos e professores estão sujeitos, tem feito com que nem sempre as salas de estudo/apoio ao estudo sejam devidamente valorizadas, mormente face à importância que este recurso comporta e ao forte investimento que lhe está consignado. Neste âmbito, ao nível dos discentes, deverá insistir-se na apreciação deste instrumento de promoção de sucesso escolar, sendo que, relativamente aos professores, dever-se-á promover formação

específica, promotora de estratégias de gestão e liderança destes momentos, visto não haver coincidência entre as temáticas tratadas e as habilitações pedagógicas dos mesmos.

c)- O Agendamento dos Momentos de Avaliação dos Alunos.

A formalização do agendamento dos momentos de avaliação, tal como está orientada, constitui, inequivocamente, uma das estratégias pedagógicas de promoção do sucesso escolar mais simples, significativa e barata que a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz promove.

O agendamento, no início do ano letivo, dos momentos de aplicação dos diversos instrumentos de avaliação, intervalados com pelo menos um dia, veio quebrar o hábito de concentrar-se as fichas de avaliação em torno do meio e do fim dos períodos letivos, o que fazia com que acontecessem largos espaços de tempo em que não eram aplicadas, alternados por momentos de sobrecarga, situação que não permitia aos alunos prepararem-se convenientemente para as mesmas, promovendo o estudo de véspera. A aplicação dos instrumentos de avaliação, ao longo de todo o período letivo, induz hábitos de estudo continuados nos alunos e possibilita-lhes a criação de rotinas de estudo regulares e de aumento da capacidade de trabalho.

Numa altura em que os pais possuem poucos argumentos para pressionarem os seus filhos a estudarem e sentem dificuldades em acompanharem o seu desempenho escolar, o agendamento dos momentos de avaliação, tal como está equacionado, veio dotá-los com um instrumento muito eficaz para melhorar essa capacidade. Ao saberem com muita antecedência os momentos de avaliação, têm fundamentos válidos para lhes exigirem que estudem, assim como à posteriori, dias depois da sua realização, para questioná-los sobre os resultados obtidos.

Embora o potencial que comporta, esta ferramenta não é utilizada regularmente pela grande maioria dos pais e encarregados de educação, existindo a necessidade de insistir para fazerem uso regular da mesma ao longo de todo o ano letivo, o que contribuiria decisivamente para a um melhor desempenho escolar dos filhos.

Apesar dos recursos disponibilizados para o acompanhamento dos resultados obtidos nos diversos instrumentos de avaliação, verifica-se que os pais fazem-no de forma deficiente, pelo que é desejável que os professores solicitem aos pais e encarregados de educações a assinatura dos documentos que constituem elementos de avaliação, como garantia dessa tomada de conhecimento.

d)- A Estrutura e Itens de Avaliação dos Alunos

A forma de como estão estruturados os diversos itens da avaliação na Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, alicerçados em fatores pedagógicos objetivos, se devidamente explicados aos alunos, poderão contribuir para a promoção do seu sucesso escolar.

Ao comportar uma avaliação formal, consubstanciada na aplicação de instrumentos de avaliação em contexto de sala de aulas, e uma avaliação não formal, decorrente de itens como a feitura dos trabalhos de casa, a assiduidade e o ser portador do material necessário aos momentos letivos, constituem um fator de motivação para o seu cumprimento, até porque estes vetores são alcançáveis por todos, dependendo pouco das capacidades cognitivas.

Constituindo a componente não formal, muitas vezes, o “calcanhar de Aquiles” da concretização da avaliação, o facto de neste modelo os diferentes itens estarem bem referenciados e claros, retira muita da subjetividade a que por vezes a avaliação dos discentes está sujeita, objetividade essa que é importante para credibilizar uma tarefa de muita responsabilidade para os professores e de muita importância para os alunos.

É de registar, no entanto, que a operacionalização da avaliação instituída nesta escola é muito trabalhosa para os docentes, pelo que se deveria centrar esforços em estratégias que

permitissem facilitar a sua agilização, assim como um apoio inicial àqueles que não estão muito familiarizados com a sua implementação.

e)- A organização de turmas de acordo com o desempenho escolar dos alunos.

Estratégia bastante discutível, sobretudo do ponto de vista ético, a nível pedagógico residem poucas dúvidas que constitui uma medida positiva.

Sendo pacífico que a educação escolar deverá ser concretizada em respeito pelas especificidades próprias de cada aluno, esse paradigma terá de ser observado como resposta aos alunos com menor aproveitamento escolar, mas também como salvaguarda do direito a uma educação à medida daqueles que apresentam maiores facilidades de aprendizagem.

Caso entendamos a obrigação da escola em atender aos direitos e necessidades de todos os alunos, torna-se claro que a constituição de turmas homogéneas, ao nível de performance escolar, torna mais fácil a implementação da atividade letiva, mais consentânea com a diversidade dos alunos existentes. Ao acautelar-se os ritmos de aprendizagem de cada um, é possível ir mais longe com todos.

A fragilidade desta medida decorre do estigma de que poderá levar ao desenvolvimento de possíveis fenómenos de segregação, no entanto terá de ser visto como uma discriminação positiva, tal como é implementada noutras áreas, como é exemplo os apoios dados pela ação social escolar, me que não é associada a marginalização.

f)- O Diretor / Direção de Turma

Enquanto principal interlocutor do estabelecimento de ensino com os pais e encarregados de educação, o Diretor de Turma desempenha um papel ímpar nas escolas e na educação dos jovens.

Hoje, tal como está organizada a sociedade, o estabelecimento e a agilização de bons canais de comunicação entre os diferentes atores da educação é fundamental, sobretudo se entendermos a instrução dos jovens como uma responsabilidade transversal a todos.

Os Diretores de Turma terão de assumir-se, em termos práticos, não apenas como fiéis depositários dos dados relativos ao desempenho escolar dos discentes, mas sobretudo gestores ativos dessa informação, enquanto atores privilegiados do conhecimento das necessidades educativas de cada aluno e principais responsáveis pela mobilização dos recursos que possibilitem ultrapassar os entraves prossecutores do sucesso educativo de cada um.

Na relação com os pais e encarregados de educação, o Diretor de Turma terá de manter atualizada toda a informação inerente ao desempenho escolar dos alunos, para que as vindas à escola, por parte dos primeiros, sejam sempre proveitosas e interiorizadas como importantes para o sucesso dos seus educandos. Para que tal aconteça, todos os professores terão de reportar de imediato aos Diretores de Turma os dados dos alunos, sob pena dos encontros com os pais e encarregados de educação acontecerem de forma deficiente, decorrendo uma desvalorização dessas reuniões e da aptidão do professor tutor.

Registe-se que a emergência dos professores darem conta das informações pertinentes aos Diretores de Turma, em algumas situações e matérias, nem sempre é comportável que aconteça apenas aquando dos Conselhos de Turma.

O encontro semanal do Diretor de Turma com os alunos, constitui um momento importante para os docentes interagirem ativamente com os discentes, por forma a encontrarem as melhores soluções para ultrapassarem-se situações menos boas, mas também para valorizar o que de positivo acontece. Mais uma vez sobressai o facto do Diretor de Turma não poder usar a informação que tem apenas nas reuniões com os pais.

Face à importância deste encontro, é com apreensão que se assiste à sua desvirtuação com preenchimento desta hora com o desenvolvimento de outros projetos que, embora pertinentes, não estão de acordo com os objetivos inicialmente traçados para este momento.

A caderneta do aluno constitui um recurso que os Diretores de Turma têm de otimizar, nomeadamente como instrumento privilegiado de comunicação com os progenitores, mormente para atalhar situações anómalas, como faltas disciplinares, faltas às aulas, faltas de pontualidade, de material e de feitura do trabalho de casa.

Em suma, dado o vasto leque de competências que este cargo comporta, muito para além daquelas que estão identificadas e formalizadas, não restam dúvidas que o Diretor de Turma constitui um fator determinante para a promoção do sucesso educativo na sua plenitude.

Todas as mudanças que têm ocorrido na postura dos alunos e no acompanhamento da vida escolar por parte dos progenitores, têm-se refletido na ação dos Diretores de Turma, acarretando-lhes mais responsabilidades e mais incumbências, as quais, conjugadas com a recente legislação publicada, tem vindo a tornar muito complexo e exigente o desempenho deste cargo, não sendo compatível, muitas vezes, com a redução da componente letiva consagrada. Assim, seria de equacionar uma redução da componente letiva de acordo com o historial da turma, visto algumas comportarem um desempenho mais exigente do que outras.

A outro nível, é importante sensibilizar a Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos para a necessidade de promover uma melhor adequação do programa Place à realidade escolar e à legislação em vigor, para torná-lo mais ágil e facilitador do trabalho dos detentores do cargo de Diretor de Turma e demais docentes.

g)- O Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional.

Os entraves ao sucesso educativo são vastos e de natureza diversa, pelo que o Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional constitui uma estrutura privilegiada para ajudar a ultrapassá-los, após serem identificados pelos Conselhos de Turma. Neste sentido, importa que o Diretor de Turma desenvolva este cargo em estreita colaboração com o técnico deste gabinete, para trabalharem esses obstáculos e encontrarem as soluções pedagógicas adequadas aos diferentes alunos.

Tal como já foi referido na abordagem ao Apoio Pedagógico Acrescido, de modo a não banalizar-se este recurso e sabida que a desmotivação dos alunos, a falta de hábitos de trabalho e a postura na sala de aulas estão, na maioria dos casos, na origem do insucesso escolar, o técnico do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional constitui um importante auxiliar para a sua ultrapassagem.

No âmbito do Educação Especial, sobretudo ao nível do encaminhamento, o Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional desempenha um papel ímpar, visto os docentes não serem detentores de conhecimentos técnicos que possam tomar essa decisão de forma balizada, especialmente nas situações de fronteira entre os deficits cognitivos ligeiros e mais profundos.

A grande dificuldade de diagnóstico reside em “identificar a fronteira” entre os alunos que têm respostas às suas necessidades de formação no ensino dito regular e aqueles em que se impõe a educação especial, pelo que, nessa avaliação, para além da componente técnica, deverá estar expresso de forma clara se o aluno necessita, ou não, de ingressar nessa via de ensino.

A outro nível, e tal como o próprio nome indica, este gabinete tem uma incumbência importante na identificação das aptidões e anseios dos alunos ao nível do seu futuro desempenho profissional, pelo que deverá trabalhar essa competência, promovendo, numa primeira fase, logo no

5º ano de escolaridade, ações de orientação escolar, intensificando-as nos anos de escolaridade em que os discentes se veem confrontados com tomadas de decisões sobre o percurso educativo a seguir, mormente no 9º ano de escolaridade e ao longo do ensino secundário.

Ainda no âmbito desta estrutura de apoio educativo, seria importante atender a algumas necessidades formativas do pessoal docente e não docente, nomeadamente no que às diversas componentes das relações interpessoais diz respeito, quer em contexto de sala de aulas, como fora dele, para que os recursos humanos ganhem mais competências de comunicação e de liderança.

Ao nível do apoio de foro psicológico a ser dado à comunidade escolar, dada a carência de recursos humanos do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, a prossecução desse objetivo deverá ser, sobretudo, o da sinalização de necessidades e o encaminhamento para o serviço público de saúde.

h)- Planos de Acompanhamento Pedagógico.

A aplicação de planos de acompanhamento pedagógico, aos alunos que a partir da avaliação intercalar do 1º período letivo são sinalizados como em risco de retenção, constitui um instrumento importante para remediar a falta de aproveitamento e promover o sucesso escolar. Ao ser implementado logo no início do ano letivo, pode realmente representar uma mais-valia, desde que seja construído de forma adequada, após a identificação objetiva dos fatores que estão na origem dessa prestação menos conseguida, aproveitando os recursos que a escola dispõe, em observância às necessidades dos alunos.

Tendo presente a importância da participação dos pais nos resultados escolares, independentemente dos recursos de promoção do sucesso escolar que venham a ser preconizados nos planos de acompanhamento pedagógico, é imprescindível prever a sua participação, deixando claro os moldes e os momentos em que acontece, pois assim sentir-se-ão envolvidos e responsabilizados pelos resultados obtidos, pelo que tenderão a empenhar-se mais na concretização das medidas previstas.

3.1.2- Objetivos aglutinadores

Os objetivos aglutinadores identificados neste ponto constituem os mais significativos para a prossecução do objeto da instituição escola, no sentido de garantir a adequada formação ao universo dos alunos, a partir dos quais foram selecionados os que farão parte dos objetivos e metas integrantes do Projeto Educativo 2014/2018.

3.1.2.1- Promover a motivação e o empreendedorismo nos alunos.

3.1.2.1-1. Contextualizar, sempre que possível, os conteúdos curriculares.

3.1.2.1-2. Oferecer “experiências profissionais” aos alunos.

3.1.2.1-3. Apoiar os “alunos caso” com recurso à técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional.

3.1.2.2- Garantir ambientes favoráveis ao desenvolvimento da atividade pedagógica.

3.1.2.2-1. Estabelecer no início do ano letivo regras de funcionamento da disciplina.

3.1.2.2-2. Fazer cumprir escrupulosamente as regras estabelecidas, numa perspetiva de que, tudo o que põe em causa o ambiente favorável ao bom desenvolvimento das aprendizagens é, em termos pedagógico e do sucesso educativo, indisciplina.

3.1.2.3- Promover o sucesso educativo dos alunos, enquanto universo heterogéneo e multifacetado.

3.1.2.3-1.Construir os Planos de Acompanhamento aos alunos sinalizados como em risco de retenção desde a avaliação intercalar do 1º período, de forma objetiva, observando as dificuldades demonstradas, os recursos disponíveis e responsabilizando os pais e alunos nesse processo.

3.1.2.3-2. Reservar o apoio pedagógico acrescido aos alunos que denotam dificuldades ou ritmos mais lentos de aprendizagem.

3.1.2.3-3. Constituir as turmas de acordo com os ritmos de aprendizagem dos alunos.

3.1.2.4- Melhorar o empenho e desempenho dos alunos na prossecução do sucesso educativo.

3.1.2.4-1. Manter na avaliação não formal itens que promovam nos alunos a assiduidade e pontualidade, a feitura dos trabalhos de casa e serem portadores do material escolar.

3.1.2.4-2. Agendar os momentos da aplicação dos instrumentos de avaliação ao longo dos períodos, intervalados com pelo menos um dia.

3.1.2.4-3. Agendar regularmente trabalhos/tarefas "para casa" que permitam a aplicação e consolidação da matéria dada.

3.1.2.4-4. Agendar no horário dos alunos "salas de estudo".

3.1.2.4-5. Distinguir os alunos com melhor desempenho, através da atribuição de prémios de mérito e da criação de um quadro de honra da Escola.

3.1.2.5- Promover a orientação escolar dos alunos.

3.1.2.5-1. Realizar sessões de orientação escolar com todos os alunos do 5º ao 9º anos de escolaridade.

3.1.2.5-2. Realizar sessões de orientação escolar aos alunos do 10º ao 12º ano de escolaridades.

3.1.2.6- Estimular a participação dos alunos na gestão da Escola.

3.1.2.6-1. Realizar a eleição dos alunos Delegados e Subdelegados de Turma.

3.1.2.6-2. Promover a eleição da Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz.

3.1.2.6-3. Promover a eleição dos representantes dos alunos ao Conselho da Comunidade Educativa.

3.1.2.6-4. Realizar, por período letivo, uma reunião entre os representantes dos alunos e a Direção da Escola.

3.1.2.7- Melhorar o desempenho da sala de estudo.

3.1.2.7-1. Promover formação sobre técnicas / estratégias de operacionalização do momento pedagógico sala de estudo.

3.1.2.8- Dotar os pais e encarregados de educação com recursos/meios de acompanhamento da vida escolar, assim como de estratégias de operacionalização dos mesmos.

3.1.2.8-1. Fornecer aos pais e encarregados de educação o mapa de agendamento dos momentos de avaliação (fichas e outros) e elucida-los sobre a operacionalização e valências deste documento.

3.1.2.8-2. Exigir aos encarregados de educação a assinatura dos instrumentos de avaliação após a sua correção e avaliação (fichas e outros).

3.1.2.9- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola.

3.1.2.9-1. Remeter ao encarregado de educação, via caderneta do aluno, toda a informação relevante.

3.1.2.9-2. Contactar o encarregado de educação via telefone aquando de situações mais emergentes.

3.1.2.9-3. Valorizar a vinda dos encarregados de educação ao atendimento com Diretor de Turma, nomeadamente ao nível da qualidade e quantidade de informações prestadas sobre o percurso escolar dos seus educandos.

3.1.2.10- Garantir uma redução da componente letiva mais adequada aos professores Diretores de Turma.

3.1.2.10-1. Com base no crédito de horas da Escola, prever no Regulamento Interno a possibilidade do aumento de mais um tempo de 45 minutos a redução prevista para o desempenho do cargo de Diretor de Turma nas turmas identificadas como "problemáticas".

3.2- Os pais e encarregados de educação.

Dada a importância que os pais e encarregados de educação representam para o sucesso da educação escolar, estes constituem, quiçá, o elemento que a Escola Básica e Secundária do Porto Moniz terá de trabalhar com maior acuidade para melhorar a sua performance educativa.

Atendendo aos apelos divergentes aos interesses escolares a que os jovens são sujeitos diariamente, por maiores que sejam as capacidades dos alunos, por melhores docentes e instalações que a instituição escolar dispunha, nunca se alcançará os níveis de sucesso escolar desejáveis sem uma forte participação dos pais nesse processo.

A crescente falta de tempo disponível para os encarregados de educação se deslocarem à escola, para acompanharem o percurso escolar dos seus educandos, e a falta de estratégias e instrumentos que lhes permitam supervisionarem com eficácia o desempenho dos filhos, terão de ser colmatadas o mais rapidamente possível, devendo ser alvo de uma atenção particular.

Ainda que neste estabelecimento de ensino seja relevada a importância da participação dos pais no processo educativo escolar dos filhos, a verdade é que os resultados estão muito aquém dos desejáveis, verificando-se, quase exclusivamente, uma presença nos momentos de informação da avaliação intercalar e de final de período, para além de circunstâncias de desvios comportamentais, pelo que importa continuar a valorizar e a insistir numa maior abrangência da sua participação.

Só uma maior eficácia e cobertura da vida escolar pelos encarregados de educação é que poderão levar a um maior empenho dos alunos nas aprendizagens. É neste campo que se deverá trabalhar minuciosamente com os pais os diferentes instrumentos de promoção do sucesso educativo de que a escola dispõe, visto constituírem, simultaneamente, recursos que permitem um melhor acompanhamento do percurso escolar dos filhos, desde que bem utilizados.

O Diretor de Turma terá de ser entendido pelos pais e encarregados de educação como um parceiro privilegiado neste processo. Quanto maior for a proximidade entre os encarregados de educação e os diretores de turma, mais fluida será a troca de informações entre os mesmos, promovendo a existência de mais oportunidades para atalhar situações menos compatíveis com o sucesso escolar.

Um dos fatores que poderá interferir no desempenho escolar dos alunos decorre das autorizações de saída da escola, as quais, quando não devidamente supervisionadas pelos pais, poderão fomentar risco vários. Esta é uma matéria que terá de ser bem tratado nas reuniões com os

encarregados de educação, quer pela capacidade de argumentação que os educandos possuem, assim como por não existirem quaisquer vantagens nessas autorizações, quer do ponto de vista pedagógicos ou outro, para além de que existem procedimentos adequados à concessão de autorização para atender a necessidades de saídas pontuais, que são devidamente monitorizadas pela Direção da Escola.

Outra sensibilidade para a qual é preciso trabalhar os pais, prende-se com a gestão da informação que lhes chega através dos filhos ou de outros membros da comunidade escolar, isto é, sempre que não é transmitida pelos canais próprios, nomeadamente via Diretor de Turma ou Direção da Escola. É preciso instruir os pais para as situações informativas não oficiais, suscetíveis de gerar mal entendidos, as quais devem ser tratadas e clarificadas no local próprio, antes de qualquer tomada de posição pública ou perante o próprio filho.

Importa consciencializar que os jovens vêm-se obrigados, muitas vezes, a terem de justificar o seu insucesso ou outros comportamentos suscetíveis de reprovação pelos pais, pelo que, com alguma naturalidade, distorcem os acontecimentos sempre que daí consigam obter vantagem. Dar razão aos filhos sem ouvir todas as partes envolvidas, significa estimular esse tipo de comportamentos e retirar a razão a que a tem, assim como diminuir a autoridade da escola, processo que, com o decorrer do tempo, poderá ter consequências muito negativas.

A importância da participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar e a correta utilização de alguns instrumentos de acompanhamento da vida escolar que a escola lhes disponibiliza, constituem áreas que a escola deverá insistir em trabalhar, mesmo que a adesão fiquem aquém das expetativas criadas. A chave para a melhoria dos resultados escolares deste estabelecimento de ensino reside, em grande parte, no sucesso com que estas temáticas forem trabalhadas, pois nas demais vertentes tem-se conseguido uma melhoria significativa.

A oportunidade de dotar os pais e encarregados de educação com competências que lhes permitam participar nas decisões dos seus educandos, nomeadamente sobre os percursos escolares a seguir, é inquestionável. Face aos parcos conhecimentos que os pais têm, tem feito opinião que essas decisões são da exclusividade dos alunos, quando muitas vezes não possuem a maturidade indispensável, tomando-as com base nos amigos, nas disciplinas que têm mais facilidade, ou com o local para onde pretendem prosseguir os estudos, nem sempre consentâneos com uma decisão racional.

Esta preocupação é sobretudo premente para as decisões que se impõem no final do ensino básico, mas também nas escolhas dos cursos do ensino superior, pelo que seria desejável que os pais e encarregados participassem nas ações sobre esta temática, promovidas aos alunos em contexto escolar.

3.2.1- Objetivos aglutinadores.

Os objetivos aglutinadores elencados constituem os mais significativos para a prossecução do papel dos pais e encarregados educação na formação dos educandos, sendo a partir destes selecionados aqueles que farão parte dos objetivos e metas integrantes do Projeto Educativo 2014/2018.

3.2.1.1- Melhorar a sensibilidade dos pais e encarregados de educação para a importância da sua participação na vida escolar dos seus educandos.

3.2.1.1-1. Realizar, no início do ano letivo, ações de sensibilização para a importância que os pais e encarregados de educação têm no sucesso educativo dos alunos.

3.2.1.2- Melhorar o acompanhamento do percurso educativo dos alunos por parte dos pais.

2.2.1.2-1.Elucidar os pais e encarregados de educação sobre as valências e estratégias de operacionalização do mapa de agendamento das fichas de avaliação, enquanto instrumento de acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos.

2.2.1.2-2.Solicitar aos encarregados de educação a assinatura dos instrumentos de avaliação após a sua correção e avaliação (fichas e outros).

3.2.1.3- Melhorar a comunicação entre os encarregados de educação e a Escola.

3.2.1.3-1. Sensibilizar os encarregados de educação para a necessidade de verificarem diariamente a existência de informações na caderneta do aluno, relativas à vida escolar do seu educando.

3.2.1.3-2. Sensibilizar os encarregados de educação para a importância da sua vinda ao encontro semanal com o Diretor de Turma.

3.2.1.4- Melhorar as competências dos pais e encarregados de educação para participarem nas tomadas de decisão sobre os percursos escolares a seguir pelos seus educandos, nomeadamente ao nível do ensino secundários, do ensino superior e dos "percursos alternativos".

3.2.1.4-1. Agendar sessões de elucidação sobre os percursos escolares, nomeadamente no 9º ano de escolaridade, e 12º ano, destinados a alunos, pais e encarregados de educação.

3.2.1.4-2. Agendar sessões de elucidação sobre os "percursos escolares alternativos" sempre que a escola os oferecer.

3.3- Os professores**.**

As mudanças socioeconómicas que temos vindo a assistir alteraram por completo o modelo organizacional da sociedade em que vivemos, realidade que, no que à educação diz respeito, acarretou um aumento das competências e responsabilidades da escola, personificada pelos professores, enquanto tutores desse processo.

À emancipação da mulher, ao facto dos pais trabalharem fora de casa, à menor disponibilidade de tempo para acompanharem a educação escolar dos filhos e ao crescente desinteresse dos jovens pela escola, a instituição escola tem reagido procurando dar resposta às novas exigências, situação que tem conduzido a um avolumar de procedimentos burocráticos, com inerentes acréscimos de tarefas, muitas vezes incompatíveis com uma lecionação que se quer qualidade.

Infelizmente essas transformações nem sempre foram compreendidas pela sociedade em geral e pelos órgãos de poder em particular, mormente por quem superintende a educação no nosso país, de tal modo que foi legislado recentemente um aumento da carga horária da componente letiva dos docentes, quando deveria ter ocorrido exatamente o contrário, a bem da qualidade da instrução dos jovens.

É preciso que os governantes reconheçam a evidência que as mudanças sócio económicas e legislativas têm promovido uma docência em que a dedicação ao desempenho de tarefas administrativas tem vindo a ganhar terreno às práticas pedagógicas, realidade que ganha particular apreensão em determinados estabelecimentos de ensino.

Se as novas realidades têm vindo a tornar a docência uma atividade profissional cada vez mais exigente, na Escola Básica e Secundária do Porto Moniz o seu desempenho constitui um

exercício bastante mais complexo, face a um conjunto de especificidades próprias, que fazem da sua prática uma tarefa extenuante e que extravasa largamente o horário que lhe está consignado.

Decorrente de um reduzido número de turmas por ano de escolaridade, os docentes deste estabelecimento de ensino, para usufruírem de horários com carga horária completa, obrigam-se a lecionarem vários níveis, realidade que comporta um esforço suplementar na preparação da atividade letiva. Aspeto incontornável nas escolas com poucos alunos, a única forma de minimizar este excesso passaria por mudanças legislativas que preconizassem uma redução da componente letiva aos professores que lecionassem mais de dois níveis de escolaridade.

Por sua vez, o facto da gestão e administração escolar democrática acarretar a existência de vários órgãos de gestão intermédia, no caso da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, significa que muitos professores têm de fazer parte de vários órgãos, muitas vezes sem a corresponde redução da componente letiva que o cargo imporia, pelo que constitui um acréscimo às dificuldades e exigências já enumeradas. Mais uma vez, a resposta terá de residir na reformulação de legislação que tem pouco em conta as especificidades das escolas de menor dimensão, muitas vezes entendidas como estabelecimentos onde é mais fácil de trabalhar, quando a realidade vem a confirmar exatamente o contrário, na medida em que, ao nível das respostas a dar aos alunos, tem-se de exercer as mesmas competências que as demais, mas com menos recursos humanos.

Ao nível dos órgãos de gestão intermédia, O Conselho de Turma e os Diretores de Turma, enquanto principais interlocutores do estabelecimento de ensino com os pais e encarregados de educação, atores privilegiados do conhecimento das necessidades educativas de cada aluno e responsáveis pela mobilização dos recursos que possibilitem ultrapassar os entraves prossecutores do sucesso educativo, desenvolvem uma tarefa árdua, raramente compensada com adequada redução da componente letiva.

Se em termos genéricos a redução da componente letiva para o desempenho do cargo de Diretor de Turma é insuficiente, é preciso reconhecer que essa prestação não é de igual exigência de turma para turma, pelo que será desejável equacionar uma discriminação positiva para os titulares das turmas que exigem um maior acompanhamento.

A outro nível, há que reconhecer que o grau de observância dos procedimentos legais implementados na gestão e administração deste estabelecimento de ensino, fazem do exercício da docência uma tarefa ainda mais exigente. No entanto, a solução não passará pela simplificação dos preceitos legais, sob pena de não serem salvaguardadas todas as oportunidades preconizadas para os alunos, ou destas serem implementadas de forma deficiente e ou pouco objetivas. De todo o modo, é possível em certas áreas introduzir pequenas alterações que vão no sentido de tornar mais ágil a operacionalização desses procedimentos.

Em termos globais, é incontornável registar que o exercício da docência na Escola Básica e Secundária do Porto Moniz foi das áreas que mais evoluiu nos últimos anos, passando-se de um corpo de professores bastante instável, onde nem todos estavam habilitados para a docência, para um grupo de profissionais que, dado o contexto deste estabelecimento de ensino, estará entre aqueles que dominam um maior leque de competências.

Embora o reconhecimento pelo excelente trabalho feito pela generalidade dos professores é sempre possível melhorar as nossas aptidões em alguns dos requisitos do nosso desempenho. Neste campo, como resposta a algumas das mudanças sociais abordadas ao longo deste projeto, urge dotar o corpo docente com maiores competências de liderança, visto esta ser imprescindível para o sucesso do processo formativo dos alunos. A temática da liderança tem sido pouco relevada na formação académica e profissional dos professores e é, quiçá, a maior debilidade que uma parte significativa de docentes enfrenta.

A liderança que os docentes devem superintender na relação pedagógico com os alunos é fundamental para o seu sucesso, visto permitir agilizar com eficiência esse processo e evitar ruídos/atitudes que contrariam o bom ambiente de trabalho. Nesta matéria, a indisciplina em contexto de sala de aula deve ser entendida como todos os comportamentos que colocam em causa um ambiente propiciador de aprendizagens, pelo que não devem ser tolerados.

No exercício da docência é preciso ter presente que a compreensão e desculpabilização dos alunos que apresentam atitudes que não se coadunam com o ambiente de sala de aulas, não só não permitem ultrapassar as motivações que estão subjacentes a esses comportamentos, como também poem em causa o sucesso educativo dos demais colegas.

3.3.1- Objetivos aglutinadores.

Os objetivos aglutinadores registados neste ponto constituem aqueles que, porventura, poderão conduzir a uma melhoria do desempenho dos docentes pelo que a partir dos quais foram selecionados os que integram o Projeto Educativo 2014/2018.

3.3.1.1-Prever no Regulamento Interno da Escola a redução da componente letiva aos docentes com mais de dois níveis de lecionação e ou disciplinas.

3.3.1.1-1. Com base no crédito de horas da Escola, prever no Regulamento Interno a possibilidade da redução de um tempo de 45 minutos aos docentes que lecionem mais de dois níveis de lecionação e ou disciplinas.

3.3.1.2- Prever no Regulamento Interno da Escola uma discriminação positiva aos docentes Diretores de Turma, ao nível da redução da componente letiva.

3.3.1.2-1. Com base no crédito de horas da Escola, prever no Regulamento Interno a possibilidade de aumentar em mais um tempo de 45 minutos a redução prevista para o desempenho do cargo de Diretor de Turma nas turmas identificadas como “problemáticas”.

3.3.1.3- Melhorar as competências dos docentes na área da liderança em contexto de sala de aulas.

3.3.1.3-1.Promover uma ação de formação certificada em liderança em contexto de sala de aulas.

3.3.1.4- Melhorar as competências de comunicação dos professores.

3.3.1.4-1- Promover uma ação de formação creditada sobre a temática da comunicação na atividade docente.

3.4- O Pessoal Não Docente.

A escola, enquanto instituição com grande responsabilidade na sociedade em que vivemos, só terá o devido sucesso se todos os atores da educação funcionarem como uma equipa orientada para o objetivo comum de instruírem adequadamente os jovens.

O pessoal não docente, enquanto parte integrante dessa equipa, desempenha um papel de relevo na prossecução dos objetivos da escola, não apenas no sentido de assegurar as condições para um bom ambiente de trabalho, mas também uma missão na formação dos alunos, nomeadamente ao nível da educação para a cidadania.

Neste contexto, urge valorizar o papel do pessoal não docente nos estabelecimentos de ensino, de modo a melhorar a sua autoestima e confiança, pois só desse modo poderão desenvolver a sua atividade na plenitude das suas incumbências. A este nível é sabido que o impacto das

transformações socioeconómicas tem tornado mais difícil trabalhar com os alunos, sobretudo fora do contexto da sala de aulas, pelo que seria desejável proporcionar formação específica aos não docentes nas áreas da liderança, comunicação e gestão de conflitos, para que ganhem mais autoridade nas relações que desenvolvem no âmbito da sua atividade.

Neste grupo de pessoal, identifica-se como grande debilidade a gestão das relações interpessoais em contexto de trabalho, lacuna que tem dificultado a criação de um bom relacionamento entre colegas do mesmo grupo profissional, com repercussões bastante negativas na qualidade do seu desempenho e, sobretudo, ao nível do ambiente de trabalho. Ao nível formativo esta matéria constitui uma das prioridades que deverá ser atalhada de imediato.

3.4.1- Objetivos aglutinadores.

- Estes objetivos aglutinadores foram identificados com base no papel do pessoal não docente nos estabelecimentos de ensino, sobretudo centrados nos trabalhadores que fazem um acompanhamento dos alunos foram da sala de aulas e que, dada a sua pertinência, foram todos incluídos no Projeto Educativo 2014/2018.

3.4.1.1-Melhorar as relações interpessoais do pessoal não docente.

3.3.1.1-1. Realizar uma ação de formação na área das relações interpessoais.

3.4.1.2-Melhorar as competências de liderança do pessoal não docente.

3.4.1.2-1. Realizar uma ação de formação na temática da liderança em contexto escolar.

4- Órgão de Gestão e Administração Escolar.

4.1- A Direção**.**

Embora percetível ao longo deste documento de como deverá ser equacionado o desempenho da Direção da Escola, é importante deixar claro que, dada a responsabilidade que esta instituição tem na formação dos jovens e no futuro destes, esta tem de pautar a sua atuação pela defesa dos verdadeiros interesses dos alunos, pelo que os seus membros deverão desempenhar o seu cargo de forma ativa, empenhada, promovendo a responsabilidade e responsabilização a todos os membros da comunidade educativa na persecução do objetivo da promoção de uma educação de qualidade.

A administração escolar não se compadece com o porreirismo e laxismo, sob pena de não instruirmos os alunos de forma conveniente e estes não estarem à altura dos desafios que se lhes colocarão enquanto indivíduos que se querem ativos e empreendedores.

Outro aspeto a ter presente na atuação da Direção da Escola advém da necessidade de ser implementada e observada a legislação em vigor, independentemente da opinião ou valor que os responsáveis tenham sobre as medidas preconizadas, sob pena de estarem a contribuir para a promoção da anarquia e o surgimento de discrepâncias nas oportunidades dadas aos alunos, assim como no desenvolvimento da atividade profissional de todos aqueles que trabalham neste estabelecimento de ensino.

A Escola, local onde acontece uma apreciável concentração de pessoas, muitas delas de tenra idade, com pouca experiência de vida e capacidade de decisão, importa dedicar uma atenção particular aos aspetos da prevenção e emergência escolar, nomeadamente para atender a hipotéticas situações de catástrofe naturais ou de origem humana. Nesta campo é importante agilizar

anualmente o plano de emergência da escola, como forma de familiarizar e preparar a comunidade para os procedimentos previstos em situação de emergência.

Conscientes que os recursos físicos e humanos da Escola são limitados, algumas vezes aquém dos necessários, importa conhecê-los bem, por forma a afetá-los e ou reafectá-los racionalmente, potenciando-os e atendendo às necessidades formativas dos alunos.

O desempenho do cargo de Direção terá beber a opinião de todos os atores do processo educativo e ser suportado pelos Órgãos de Gestão Intermédia, em observância às regras democráticas que norteiam a gestão e administração escolar.

Dificilmente consegue-se administrar bem aquilo que não se conhece, pelo que importa agilizar estratégias de comunicação, para além dos legalmente instituídos e decorrentes das competências dos Órgãos de Gestão Intermédia, mormente através da realização de reuniões periódicas com os alunos e ou seus representantes, professores, encarregados de educação e pessoal não docente.

4.1.1- Objetivos aglutinadores.

4.1.1.1- Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia.

4.1.1.1-1. Analisar as atas dos órgãos de gestão intermédia por forma a aferir o cumprimento da legislação em vigor, do Regulamento Interno da Escola e das deliberações dos órgãos de gestão intermédia.

4.1.1.1-2. Responsabilizar os líderes dos órgãos de gestão intermédia pelo incumprimento de matérias da competência dos respetivos órgãos, no respeitante á legislação, ao Regulamento Interno da Escola e às deliberações tomadas em sede reuniões.

4.1.1.2- Refletir na administração da escola a opinião de todos os atores do processo educativo, nomeadamente dos diferentes órgãos de gestão intermédia, alunos, docentes e não docentes.

4.1.1.2-1. Realizar reuniões com os representantes dos alunos, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.

4.1.1.2-2. Realizar reuniões gerais com o pessoal docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.

4.1.1.2-3. Realizar reuniões gerais com o pessoal não docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.

4.1.1.2-4. Equacionar a oportunidade da implementação das sugestões transmitidas e responder a todas por escrito.

4.1.1.3- Promover uma gestão eficaz e eficiente dos processos administrativos.

4.1.1.3-1.Conceber um “manual/roteiro” de procedimentos relativos a aquisições.

4.1.1.3-2.Inventariar todo o património escolar, através de procedimentos de controlo e registo.

4.1.1.3-3. Cumprir os prazos estabelecidos pela legislação em vigor relativos aos procedimentos administrativos.

4.1.1.4- Promover uma gestão eficaz e transparente dos recursos humanos.

4.1.1.4-1. A Direção da Escola superintende a elaboração dos horários do pessoal docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos.

4.1.1.4-2. A Direção da Escola superintende a elaboração dos horários do pessoal não docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos.

4.1.1.4-3. A Direção da Escola distribuição o trabalho não docente compatibilizando as competências demonstradas por forma a maximizar o seu desempenho individual.

4.1.1.5- Promover uma gestão eficaz dos recursos físicos e materiais.

4.1.1.5-1. A Direção da Escola promove a afetação dos espaços escolares visando o melhor aproveitamento dos mesmos e a propiciar ambientes estimulantes à aprendizagem.

4.1.1.6- Promover a escola no exterior.

4.1.1.6-1. Divulgar e dar a conhecer à comunidade os resultados das aprendizagens obtidos nas diversas disciplinas/anos de escolaridade, tendo em vista a valorização da escola.

4.1.1.6-2. Divulgar a oferta educativa à comunidade tendo em vista a valorização do papel da escola.

4.1.1.7- Garantir a boa funcionalidade do Plano de Prevenção e Emergência da Escola.

4.1.1.7-1. Promover simulacros na escola.

4.1.1.7-2. Desenvolver com os alunos do Ensino Básico o Projeto de Prevenção de Riscos.

4.1.1.7-3. Promover uma ação ao pessoal não docente sobre o manuseamento de extintores.

4.1.1.7-4. Colmatar uma deficiência estrutural da exequibilidade da evacuação do 2º piso do edifício escolar principal, com a construção de uma escada de emergência exterior.

4.1.1.8- Promover a construção e regulação conjunta do Projeto Educativo da Escola.

4.1.1.8-1. Proceder a uma avaliação anual sobre a implementação do Projeto Educativo da Escola, no sentido de identificar e analisar as potencialidades e os constrangimentos.

4.1.1.8-2.Desencadear o processo de diagnóstico sobre as potencialidades e constrangimentos do Projeto Educativo implementado na escola e sobre os aspetos a serem equacionados no Projeto Educativo a implementar no próximo mandato.

4.2- Órgãos de Gestão Intermédia**.**

Os Órgãos de Gestão Intermédia são imprescindíveis a uma boa gestão da escola e devem constituir-se verdadeiros parceiros da Direção no prosseguimento do objetivo comum da instrução dos alunos.

A parceria Direção/Órgãos de Gestão Intermédia só terá sucesso se for desenvolvida com lealdade, ao nível do relacionamento interpessoal dos seus membro, com respeito pela diferença de opinião, mas também no âmbito da implementação das decisões legalmente tomadas, independente da posição individual de cada um.

A lealdade dos Órgãos de Gestão Intermédia, para além de acontecer entre o grupo de pares, terá de acontecer para com os alunos, no sentido de não exercerem as suas funções em subserviência a quaisquer interesses ou valores, a não ser aqueles que norteiam o objeto da instituição escola, pois só assim estarão a prestar um bom serviço aos discentes. Para este

desiderato, é imprescindível que os seus membros desempenhem as suas funções com sentido de responsabilidade e responsabilização dos demais participantes no processo educativo.

4.2.1- Objetivos aglutinadores.

4.2.1.1- Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia.

4.2.1.1-1. Registar nas atas dos órgãos de gestão intermédia a implementação dos diferentes aspetos de natureza pedagógica preconizados pela legislação em vigor, pelo Regulamento Interno da Escola e pelas deliberações dos órgãos de gestão intermédia.

4.2.1.1-2. Identificar as situações de incumprimento da legislação em vigor, do Regulamento Interno da Escola e das deliberações dos órgãos de gestão intermédia e promover a sua retificação.

IV – TABELA COM OS OBJETIVOS / METAS / INDICADORES / MEIO DE VERIFICAÇÃO, PARA O QUADRIÉNIO 2014/2018

OBJETIVOS	METAS	INDICADOR	MEIO DE VERIFICAÇÃO
1. Melhorar o conhecimento das questões ambientais com maiores impactes no município de Porto Moniz.	- Por forma a conhecer melhor o ecossistema floresta Laurissilva, realizar, durante o letivo 2014/15, uma ação/visita de estudo de modo a que os alunos do 10.º e 11.º ano, conheçam e reconheçam 80% das espécies florestais da floresta Laurissilva e 100% das aves endémicas deste ecossistema.	- Nome e número de espécies florestais identificadas corretamente. - Nome e número de aves identificadas corretamente.	- Aplicação de questionário. - Aplicação de questionário.
	- Realizar, durante o letivo 2014/15, uma ação/visita de estudo de modo a que os alunos do 8.º ano, conheçam o serviço público de água potável implementado numa das freguesias do município do Porto Moniz, desde a captação, tratamento, distribuição, consumo e tratamento das águas residuais.	- Identifica corretamente as diversas fases do ciclo da água potável até ao tratamento das águas residuais.	- Aplicação de questionário.
	- Realizar, durante o letivo 2014/15, uma ação/visita de estudo de modo a que os alunos do 5.º ano, conheçam o circuito da produção, recolha e tratamento do lixo no município de Porto Moniz.	- Identifica corretamente as diferentes etapas do circuito da produção, recolha e tratamento do lixo no município de Porto Moniz.	- Aplicação de questionário.
	- Realizar, durante o letivo 2014/15, uma ação/visita de estudo de modo a que os alunos do 5.º ano reconheçam a importância da recolha seletiva, identificando três benefícios da mesma.	- Identifica corretamente três vantagens da recolha seletiva.	- Aplicação de questionário.

2. Aprofundar o conhecimento sobre as potencialidades turísticas do município de Porto Moniz.	- Durante o letivo 2016/17 idealizar um projeto onde os alunos do 10º ano de escolaridade: Identificam e conhecem cinco aspetos naturais e ou humanizados como mais-valias para a identidade do destino Porto Moniz.	- Número de aspetos naturais e ou humanizados identificados no projeto como mais-valias para a identidade do destino Porto Moniz.	-Projeto desenvolvido pelos alunos.
	- Durante o letivo 2016/17 idealizar um projeto onde os alunos do 10º ano de escolaridade: Reconhecem os cinco aspetos naturais e ou humanizados identificados como mais-valias para a identidade do destino Porto Moniz como nichos de mercado.	- Número de aspetos naturais e ou humanizados identificados e reconhecidos no projeto como mais-valias para a identidade do destino Porto Moniz como nichos de mercado.	-Projeto desenvolvido pelos alunos.
	- Durante o letivo 2016/17 idealizar um projeto onde os alunos do 10º ano de escolaridade: Idealizam uma empresa promotora de serviços que dinamize os nichos de mercado identificados, desenvolvendo cinco aspetos funcionais / organizacionais da mesma, mormente ao nível das fontes de financiamento, da sede, dos recursos humanos, equipamentos e de captação de clientes.	- Aspetos organizacionais e funcionais identificados / tratados no projeto de constituição de uma empresa.	-Projeto desenvolvido pelos alunos.
	- Durante o letivo 2016/17 idealizar um projeto onde os alunos do 10º ano de escolaridade: Idealizam um modelo de desenvolvimento turístico do município de Porto Moniz enquadrado num dos seguintes quadros: no todo Região Autónoma da Madeira; no âmbito da "Costa da Laurissilva"; a nível concelhio	-Projeto de desenvolvimento turístico do Porto Moniz onde é preconizado o seu desenvolvimento num dos quadros em apreço.	-Projeto desenvolvido pelos alunos.

3. Melhorar o acolhimento dos turistas no município de Porto Moniz.	- Promover, no letivo 2014/15, uma ação de formação destinada, preferencialmente a trabalhadores do setor da hotelaria e restauração, de Língua Inglesa - Serviço de restaurante / bar, código 8261, 25 horas;	- "Aulas" sumariadas	- Livro do ponto.
	- Promover, o letivo 2014/15, uma ação de formação destinada, preferencialmente a trabalhadores do setor da hotelaria e restauração, de Língua Inglesa - Serviço de cafetaria, balção e mesa na restauração, código 3335, 25 horas;	- "Aulas" sumariadas.	- Livro do ponto.
	- Promover, o letivo 2014/15, uma ação de formação destinada, preferencialmente a trabalhadores do setor da hotelaria e restauração, de TIC_B1_C - Utilizar as funções básicas de um programa de processamento de texto, nível 2;	- "Aulas" sumariadas.	- Livro do ponto.
	- Ação de formação destinada, preferencialmente a trabalhadores do setor da hotelaria e restauração, de TIC_B2_D - usar a internet para obter e transmitir informação, nível 2.	- "Aulas" sumariadas.	- Livro do ponto.
	- Solicitar à Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos, no âmbito do projeto educativo, o desenvolvimento de uma disciplina ou projeto não curricular que trate a temática do turismo na Região Autónoma da Madeira e do concelho de Porto Moniz em particular.	- Envio de ofício.	Cópia e ou registo de envio de ofício
4. Manter a oferta curricular do ensino secundária nas áreas das "ciências" e das "línguas" visto serem aquelas que, embora não específicas, darão melhor formação base às exigências que se colocam a este município.	- Lecionar, na Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, nos letivos 2014/2015 a 2017/2018, pelo menos os seguintes cursos no ensino secundário: . Curso de Ciências e Tecnologias. . Curso Línguas e Humanidades.	- Número de cursos oferecidos face à meta estabelecida.	- Plataforma Place.

5. Promover o cumprimento dos programas curriculares.	- Cumprir cabalmente, nos anos letivos 2014/2015 a 2017/2018, os programas curriculares em pelo menos 90% das disciplinas e anos de escolaridade.	- Percentagem de disciplinas em que os programas curriculares foram cumpridos.	- Relatórios dos grupos disciplinares de final de ano letivo.
	- Concretizar, nos letivos 2014/2015 a 2017/2018, 95%, ou mais, as atividades não curriculares sem prejuízo das atividades curriculares.	- Percentagem de atividades não curriculares que decorreram sem prejuízo das atividades curriculares.	- Relatório do Coordenador das Atividades de Enriquecimento Curricular de fim de ano letivo.
6. Promover a abertura da escola à comunidade em que se insere.	- Concretizar, no ano letivo 2014/2015, quatro ações de formação abertas à comunidade educativa da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, nomeadamente na área do turismo.	- Número de ações de formação promovidas à comunidade escolar	- Relatório final do plano de atividades.
	- Divulgar, em todos os anos letivos, 90%, ou mais, das ações / iniciativas da escola à população, através da página internet da Escola.	- Percentagem das ações / iniciativas da escola divulgadas na página digital da escola.	- Relatório do Projeto Página de Internet da Escola
7. Melhorar a objetividade na identificação dos alunos alvo do Educação especial.	- Implementar, nos anos letivos 2014/2015 a 2017/2018, maior objetividade nos processos de sinalização de alunos que poderão ser alvo da educação especial, fazendo constar em 100% dos relatórios da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional o termo: *"o aluno deve ser alvo de educação especial e encontra, ou não, resposta às suas necessidades formativas no ensino regular"* ou *"o aluno não necessita de ser alvo de educação especial"*.	- Percentagem de relatórios relativos a processos de sinalização de alunos que poderão ser alvo de educação especial que contêm a expressão: *"o aluno deve ser alvo de educação especial e encontra, ou não, resposta às suas necessidades formativas no ensino regular"* ou *"o aluno não necessita de ser alvo de educação especial"*.	- Verificação dos relatórios.

8. Melhorar a adequação dos programas educativos individuais.	- Implementar, nos anos letivos 2014/2015 a 2017/2018, em 100% dos programas educativos individuais, medidas conducentes a uma maior adequação dos mesmos às verdadeiras necessidades dos alunos, decorrente de uma análise objetiva, registada em ata, centrada nos seguintes aspetos: . Margem de progressão do aluno, com base no relatório da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional e do percurso escolar do mesmo; . De acordo com o potencial do aluno, estabelecer prioridades formativas que maximizem a sua independência futura, tendo como referência o relatório da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional e do percurso escolar do mesmo; . Mobilização dos recursos para se atingir as prioridades formativas identificadas, nomeadamente o apoio da educação especial, os encarregados de educação, apoios pedagógicos acrescidos, apoio da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, inserção em contexto profissional, entre outros.	- Percentagem dos programas educativos individuais em que a sua elaboração foi precedida de uma análise objetiva nos termos preconizados.	- Atas do Conselho de Turma
9. Promover a motivação e o empreendedorismo nos alunos.	- Oferecer durante os anos letivos 2014/2015 a 2017/2018 “experiências profissionais” aos alunos que frequentam o 9º, 10º, 11º e 12º anos de escolaridade.	- Anos de escolaridade em que foram oferecidas “experiências profissionais” aos alunos.	- Relatório final da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional.
	- Apoiar, em todos os anos letivos, com recurso à técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, 25% dos alunos identificados como tendo na génese do seu insucesso interesses divergentes dos escolares.	- Percentagem dos alunos identificados pelo Conselho de Turma como tendo na génese do seu insucesso escolar interesses divergentes dos escolares e que foram alvo de intervenção do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional.	- Atas de Conselho de Turma e relatório da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional.

10. Garantir ambientes favoráveis ao desenvolvimento da atividade pedagógica.	- Estabelecer em todas as turmas e todos os anos letivos, em sede de Conselho de Turma, regras de funcionamento das aulas.	- Percentagem de turmas em que foram estabelecidas, em sede de Conselho de Turma, regras de funcionamento das aulas.	-Atas de Conselho de Turma.
	- Garantir, em todos os anos letivos, que em todas as aulas foi observado um ambiente favorável ao bom desenvolvimento das aprendizagens, sendo que nas situações em que ocorreram perturbações foram aplicadas medidas disciplinares corretivas de advertência ou de ordem de saída da sala de aula, com uma margem de quatro reclamações fundamentadas, efetuadas por membros da comunidade educativa.	- Número de reclamações fundamentadas, efetuadas por membros da comunidade educativa, relativas à não observação de um ambiente favorável ao bom desenvolvimento das aprendizagens, sem que tenham sido aplicadas quaisquer medidas disciplinares.	- Reclamações fundamentadas.
11. Promover o sucesso educativo dos alunos, enquanto universo heterogéneo e multifacetado.	- Implementar, nos anos letivos 2014/2015 a 2017/2018, em 100% dos Planos de Acompanhamento Pedagógico, medidas conducentes a uma maior adequação dos mesmos às verdadeiras necessidades dos alunos, decorrente de uma análise objetiva, registada documentalmente, centrada: a) Disciplinas em que o aluno não atingiu os objetivos; b) Fatores que estiveram na origem desse insucesso, nomeadamente dificuldades de aprendizagem; falta de motivação/empenho; indisciplina; falta de assiduidade; incumprimento das orientações dos docentes; interesses divergentes ao percurso educativo que está a realizar, entre outros; c) Mobilização dos recursos necessários à ultrapassagem dos entraves identificados, nomeadamente encarregados de educação, apoios pedagógicos acrescidos, apoio da técnica do Gabinete de Apoio Psicológico e de Orientação Escolar e Profissional, entre outros.	- Percentagem dos Planos de Acompanhamento Pedagógico em que a sua elaboração foi precedida de uma análise objetiva nos termos preconizados.	- Atas de Conselho de Turma/ PAP.

11. Promover o sucesso educativo dos alunos, enquanto universo heterogéneo e multifacetado.	- Observar, em todos os anos letivos, que a totalidade (100%) dos alunos enviados para o apoio pedagógico acrescido foi precedida de análise em sede de Conselho de Turma, em que a causa identificada para a falta de aproveitamento escolar foi a dificuldade de aprendizagem.	- Número de alunos indicados para o apoio pedagógico acrescido / número de referenciados pelo Conselho de Turma como não tendo atingido os objetivos por dificuldades de aprendizagem.	- Atas de Conselho de Turma e relatório dos professores com apoio pedagógico acrescido.
	- Observar, em todos os anos letivos, sempre que exista mais do que uma turma por ano de escolaridade, que as mesmas sejam homogéneas, de acordo com os ritmos de aprendizagem dos alunos.	- Avaliação obtida pelos alunos no final do ano letivo anterior.	- Pautas de avaliação do 3º período do ano letivo anterior.
12. Melhorar o empenho e desempenho dos alunos na prossecução do sucesso educativo.	- Aplicar, em todos os anos letivos, uma avaliação em que, de forma objetiva e facilmente quantificável, a assiduidade e pontualidade, a feitura dos trabalhos de casa e o serem portadores do material escolar, sejam aferidos.	- Contabilização, no item "avaliação não formal", de percentagens da avaliação destinadas a valorizar o facto de os alunos serem assíduos, pontuais, portadores do material necessário à aula e terem feito os trabalhos de casa.	- Estrutura da avaliação aprovada em Conselho Pedagógico.
	- Agendar, em todos os anos letivos, no início de cada ano, todos os momentos de avaliação formal, nomeadamente as fichas de avaliação sumativas, as oralidades nas línguas e as práticas experimentais nas disciplinas com esse cariz.	- Momentos de avaliação formal agendados no início do ano letivo.	- Mapa da turma de agendamento dos momentos de avaliação.
	- Agendar, pelo menos quinzenalmente, em todas as disciplinas curriculares, trabalhos para casa, com exceção das disciplinas de caráter prático, nomeadamente, Educação Física, EVT, ET e Educação Musical.	- Número de trabalhos agendados quinzenalmente para casa por disciplina.	- Mapa da turma de agendamento do TPC.
	- Incluir nos horários semanários dos alunos o mínimo de um momento de sala de estudo ou de sala de estudo específica /apoio ao estudo.	- Momentos de estudo agendados no horário semanário dos alunos.	- Horários semanários dos alunos.
	- Atribuir prémios de mérito ao melhor aluno por turma e ou ano de escolaridade.	- Prémios de mérito atribuídos.	- Relatório da Direção / balanço do plano anual de atividades da escola.

13. Promover a orientação escolar dos alunos.	- Realizar em cada ano letivo, no mínimo, uma ação de orientação escolar aos alunos do 9º ano de escolaridade	- Ações de orientação escolar realizadas.	- Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
	- Concretizar em cada ano letivo, no mínimo, uma ação de orientação escolar aos alunos do 10º, 11º e 12º anos de escolaridade.	-Ações de orientação escolar realizadas.	- Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
14. Promover uma reflexão crítica sobre o desempenho dos alunos.	- No final de cada período realizar uma reflexão critica sobre o desempenho dos alunos onde: . Conste uma reflexão comparativa, por ano de escolaridade, com os resultados obtidos no quadriénio anterior (3º período), <u>número médio de níveis negativos por aluno</u>.	- Comparação entre os valores obtidos no final do período e a média dos resultados obtidos no quadriénio anterior (média dos 3º períodos).	- Pauta de avaliação do período e quadro dos resultados obtidos no quadriénio anterior.
	. Conste uma reflexão comparativa, por ano de escolaridade, com os resultados obtidos no quadriénio anterior, ao nível de percentagem de <u>níveis negativos por disciplina</u>.	- Comparação entre os valores obtidos no final do período e a média dos resultados obtidos no quadriénio anterior (média dos 3º períodos).	- Pauta de avaliação do período e quadro dos resultados obtidos no quadriénio anterior.
	. Conste uma reflexão comparativa, por ano de escolaridade, com os resultados obtidos no quadriénio anterior, ao nível da percentagem de <u>alunos em risco de retenção</u>.	- Comparação entre os valores obtidos no final do período e a média dos resultados obtidos no quadriénio anterior (média dos 3º períodos)	- Pauta de avaliação do período e quadro dos resultados obtidos no quadriénio anterior.
15. Estimular a participação dos alunos na gestão da Escola.	- Realizar, em todos os anos letivos, a eleição dos alunos Delegados e Subdelegados de Turma.	- Ato eleitoral dos delegados e Subdelegados de Turma	-Ata de eleição ou ata do Conselho de Turma.
	- Promover, nos anos letivos 2014/2015 e 2017/2018 a eleição da Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz.	- Ato eleitoral da Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz.	-Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
	- Promover no início do ano letivo 2014/2015 a eleição dos representantes dos alunos ao Conselho da Comunidade Educativa.	- Ato leitoral dos representantes dos alunos ao Conselho da Comunidade Educativa	- Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
	- Depois de concretizadas as eleições dos representantes dos alunos, realizar, por período letivo, uma reunião entre estes e a Direção da Escola.	- Número de reuniões concretizadas por período letivo.	- Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.

16. Dotar os pais e encarregados de educação com recursos / meios de acompanhamento da vida escolar, assim como de estratégias de operacionalização dos mesmos.	- Realizar três reuniões entre os Pais / Encarregados de Educação e a Direção da Escola, por ano letivo e nível de escolaridade, onde seja tratada esta temática.	- Número de reuniões gerais realizadas entre a Direção e os Encarregados de Educação com tratamento da temática em apreço.	- Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
	- Logo após o agendamento dos momentos de avaliação formal em todas (100%) as disciplinas/anos de escolaridade, elaborar um mapa com o registo dos mesmos e entregá-los aos pais, em todos os anos letivos.	- Percentagem de disciplinas, em que foi efetuado o agendamento dos momentos de avaliação formal no início do ano letivo.	- Mapa de agendamento dos momentos de avaliação formal.
17. Manter uma boa comunicação entre os Encarregados de Educação e a Escola.	- Com uma margem de uma falha por turma, o Diretor de Turma mantém, semanalmente, atualizados os dados relativos ao aluno, nomeadamente os relativos a faltas de presença, disciplinares, de pontualidade, de trabalhos de casa, de material, de atitudes de indisciplina, assim como garante que todos os docentes lançam as avaliações obtidas na aplicação dos instrumentos de avaliação formal no prazo máximo de 5 dias úteis após a sua entrega aos alunos.	- Número de falhas de registo no dossier do Diretor de Turma.	- Dossier do Diretor de Turma / relatório do Coordenador de ciclo.
	- Com uma margem de uma falha por turma, todas as faltas disciplinares e injustificadas devem ser comunicadas semanalmente aos Encarregados de Educação via caderneta dos alunos/telefone.	- Número de falhas reclamadas e fundamentadas referentes à não comunicação.	- Cadernetas do aluno e reclamações.
18. Promover a sensibilidade dos Pais e Encarregados de Educação para a importância da sua participação na vida escolar dos seus educandos.	- Realizar, no início cada ano letivo, uma ação de sensibilização onde a temática da importância que os Pais e Encarregados de Educação têm no sucesso educativo dos alunos seja tratada.	- Número de ações de sensibilização em que foi tratada a temática.	-Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.

19. Melhorar as competências dos pais e encarregadas de educação para participarem nas tomadas de decisão sobre os percursos escolares a seguir pelos seus educandos, nomeadamente ao nível do ensino secundário, do ensino superior e dos "percursos alternativos".	- Concretizar, em todos os anos letivos, pelo menos uma ação de orientação escolar destinada aos alunos do 9º ano de escolaridade, com convocatória aos pais e encarregados de educação.	- Número de ações realizadas.	-Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
	- Concretizar, em todos os anos letivos, pelo menos uma ação de orientação escolar destinada aos alunos do 12º ano de escolaridade, com convocatória aos pais e encarregados de educação sejam convocados.	- Número de ações realizadas.	-Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
	- Realizar, pelo menos, uma ação de orientação escolar aos pais e encarregados de educação sobre os "percursos escolares alternativos", sempre que a escola os oferecer no ano seguinte.	- Número de ações realizadas.	-Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
20. Possibilitar a redução da componente letiva aos docentes com mais de dois níveis de lecionação e ou disciplinas.	- Prever no Regulamento Interno da Escola a possibilidade de redução da componente letiva aos docentes com mais de dois níveis de lecionação e ou disciplinas.	- Possibilidade da redução de um tempo de 45 minutos aos docentes que lecionem mais de dois níveis de lecionação e ou disciplinas.	- Regulamento Interno da Escola.
21. Melhorar as competências dos docentes na área da liderança em contexto de sala de aulas.	- Promover na escola, durante o ano letivo 2014/2015, uma ação de formação certificada ou validada em liderança em contexto de sala de aulas, com uma duração entre 10 a 25 horas.	- Número de ações/horas de formação certificadas ou validada.	- Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
22. Melhorar as competências de comunicação dos professores.	- Promover na escola, durante o ano letivo 2016/2017, uma ação de formação creditada ou validada sobre a temática da comunicação na atividade docente, com uma duração entre 10 a 25 horas.	- Número de ações/horas de formação certificadas ou validada.	- Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
23. Melhorar as relações interpessoais do pessoal não docente.	- Realizar na escola, durante o ano letivo 2015/2016, uma ação de formação na área das relações interpessoais com uma duração entre 3 a 7 horas.	- Número de ações / horas de formação.	- Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.

24. Melhorar as competências de liderança do pessoal não docente.	- Realizar na escola, durante o ano letivo 2017/2018, uma ação de formação na temática da liderança em contexto escolar com uma duração entre 3 a 7 horas.	- Número de ações / horas de formação.	- Relatório / balanço do plano anual de atividades da escola.
25. Garantir, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia.	- Admitindo-se o máximo de duas falhas, sem que as mesmas tenham repercussões no prosseguimento de estudos dos alunos, garantir, em todos os anos letivos, a nível pedagógico, o cumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia.	- Número de falhas detetadas e ou reclamações fundamentadas.	- Atas dos órgãos de gestão intermédia e ou reclamações fundamentadas.
	- Responsabilizar os titulares dos órgãos de gestão intermédia pelo incumprimento da legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e as deliberações dos órgãos de gestão intermédia de matérias da competência dos respetivos órgãos.	- Número de falhas detetadas /reclamações fundamentadas.	- Atas do órgão de gestão.
26. Refletir na administração da escola a opinião de todos os atores do processo educativo, nomeadamente dos diferentes órgãos de gestão intermédia, alunos, docentes e não docentes.	- Realizar, em todos os anos letivos, uma reunião por período com os representantes dos alunos, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.	- Número de sugestões transmitidas.	- Atas das reuniões.
	- Realizar pelo menos duas reuniões gerais com o pessoal docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.	- Número de sugestões transmitidas.	- Atas das reuniões.
	- Realizar pelo menos duas reuniões gerais com o pessoal não docente, por ano letivo, onde num dos pontos da ordem de trabalhos conste a apresentação de sugestões para a melhoria do desempenho da escola.	- Número de sugestões transmitidas.	- Atas das reuniões.
	- Equacionar a oportunidade da implementação das sugestões transmitidas e responder a todas por escrito.	- Número de sugestões respondidas por escrito.	- Ofícios ou placar digital.

27. Garantir a boa funcionalidade do Plano de Prevenção e Emergência da Escola.	- Garantir, em todos os anos letivos, a boa funcionalidade do Plano de Prevenção e Emergência da Escola promovendo um simulacro.	- Número de simulacros realizados na escola.	- Plano anual de atividades.
	- Desenvolver com os alunos do Ensino Básico o Projeto Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos.	- Turmas do ensino básico em que foi implementado o Projeto Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos.	- Livros de ponto das turmas do ensino básico.
	- Promover, no ano letivo de 2014/2015, uma ação ao pessoal não docente sobre o manuseamento de extintores.	- Número de ações desenvolvidas com o pessoal não docente em que aconteceu o manuseamento de extintores.	- Plano anual de atividades.
	- Durante o presente mandato, colmatar uma deficiência estrutural da exequibilidade da evacuação do 2º piso do edifício escolar principal, com a construção de uma escada de emergência exterior.	- Construção de uma escada de emergência exterior	- Edifício escolar
28. Promover uma gestão eficaz e eficiente dos processos administrativos.	- Até ao ano letivo 2015/2016 conceber um "manual/roteiro" de procedimentos relativos a aquisições.	- Existência de um "manual / roteiro" de procedimentos relativos à aquisição.	- Manual / Roteiro de procedimentos.
	- Até ao ano letivo 2017/2018 inventariar todo o património escolar, através de procedimentos de controlo e registo.	Equipamentos/património sem aposição de etiqueta/número de inventário.	- Etiquetas de inventário presentes nos equipamentos.
	- Em todos os anos letivos, cumprir os prazos estabelecidos pela legislação em vigor relativos aos procedimentos administrativos.	- Nº de procedimentos administrativos em que não foram cumpridos os prazos legais.	- Reclamações / chamadas de atenção dos organismos tutelares.
29. Promover a construção e regulação conjunta do Projeto Educativo da Escola.	- Proceder a uma avaliação anual sobre a implementação do Projeto Educativo da Escola, no sentido de identificar e analisar as potencialidades e os constrangimentos.	- Proceder a uma avaliação anual da implementação do Projeto Educativo da Escola em sede de Conselho Pedagógico e do Conselho da Comunidade educativa.	- Atas do Conselho Pedagógico e do Conselho da Comunidade educativa.
	- No ano letivo 2017/2018 iniciar o processo de diagnóstico sobre as potencialidades e constrangimentos do Projeto Educativo implementado na escola e sobre os aspetos a serem equacionados no Projeto Educativo a implementar no próximo mandato (2018/2019 a 2021/2022).	- Aplicação de um inquérito a 30% dos membros de cada um dos grupos da comunidade escolar (alunos, pais e encarregados de educação, pessoal docente e pessoal não docente).	- Dados obtidos pela aplicação do inquérito.

30. Promover uma gestão eficaz e transparente dos recursos humanos.	- A Direção da Escola superintende, em todos os anos letivos, a elaboração dos horários do pessoal docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos.	- Número de reclamações fundamentadas / pertinentes, admitindo-se o máximo de duas, apresentadas pelos alunos relativas a impactes negativos que o horário do pessoal docente tem na sua vida escolar.	- Atas do Conselho de Turma, reclamações feitas ao Diretor de Turma ou à Direção.
	- A Direção da Escola superintende, em todos os anos letivos, a elaboração dos horários do pessoal não docente, tendo como fio condutor os interesses e necessidades dos alunos.	- Número de reclamações fundamentadas / pertinentes, admitindo-se o máximo de duas, apresentadas pelos alunos ou professores relativas a deficiências de acompanhamento da sua vida escola pelo pessoal não docente, decorrentes dos horários elaborados.	- Atas do Conselho de Turma, reclamações feitas ao Diretor de Turma ou à Direção.
	- Bianualmente, a Direção da Escola distribui o trabalho não docente compatibilizando as competências demonstradas por forma a maximizar o seu desempenho individual.	- Número de trabalhadores pertencentes ao pessoal não docente reafectados a outros serviços/conteúdos funcionais de acordo com as competências demonstradas	- Reafectação de pessoal não docente a outros serviços / conteúdos funcionais.
31. Promover uma gestão eficaz dos recursos físicos e materiais.	- A Direção da Escola promove a afetação dos espaços escolares visando o melhor aproveitamento dos mesmos e a propiciar ambientes estimulantes à aprendizagem.	- Número de reclamações, admitindo-se o máximo de duas fundamentadas, apresentadas pelos docentes relativas à deficiente afetação dos espaços escolares.	- Atas dos diversos órgãos de gestão intermédia e ou reclamações.

32. Promover a escola no exterior.	- Divulgar e dar a conhecer anualmente à comunidade a totalidade dos resultados das aprendizagens obtidos nas diversas disciplinas / anos de escolaridade, tendo em vista a valorização da escola.	- Percentagem das disciplinas / anos de escolaridade em que foram divulgados os resultados das aprendizagens na página internet da escola.	- Página internet da escola.
	- Divulgar anualmente a oferta educativa à comunidade, através da página de internet da escola e na rádio, tendo em vista a valorização do seu papel.	- Número de meios utilizados na divulgação da oferta educativa à comunidade.	- Página de internet da escola e ofício enviados à rádio.
	- Divulgar anualmente, junto da comunidade, pelo menos 80% da informação relativa acontecimentos promovidos pela escola.	- Percentagem dos acontecimentos promovidos pela escola que foram divulgados à comunidade na sua página de internet.	- Página internet da escola.

V – AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo será posto em prática através do plano Anual de Escola, do qual se elaborarão relatórios trimestrais, que serão aprovados pela Direção da Escola após parecer do Conselho da Comunidade.

O Cumprimento do Projeto Educativo será avaliado no final de cada ano letivo e no final do quadriénio pelo Conselho da Comunidade.

Porto Moniz, 31 de outubro de 2014

A Direção

_____

_____

_____

Parecer positivo no Conselho pedagógico de 3 de novembro de 2014
Aprovado no Conselho da Comunidade Educativa de 28 de novembro de 2014